

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	22
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	23
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
---	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	154
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	156
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	157
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	158

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.226.672
Preferenciais	0
Total	109.226.672
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	963.720	998.870	1.276.174
1.01	Ativo Circulante	47.455	121.361	101.042
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	41	80.730	78.801
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.373	0	0
1.01.03	Contas a Receber	33.794	37.921	22.111
1.01.03.01	Clientes	0	-4	0
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	0	-4	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	33.794	37.925	22.111
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	33.193	37.911	22.095
1.01.03.02.02	Outros créditos	601	14	16
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.247	2.710	130
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.247	2.710	130
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	0	1.982	130
1.01.06.01.02	Impostos sobre o lucro	4.247	728	0
1.02	Ativo Não Circulante	916.265	877.509	1.175.132
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.453	10.724	13.239
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	109	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	109	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.453	10.615	13.239
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	0	2.443	2.552
1.02.01.09.04	Impostos sobre o lucro	9.453	8.170	10.685
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	0	2	2
1.02.02	Investimentos	906.514	866.487	1.161.595
1.02.03	Imobilizado	298	298	298

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	963.720	998.870	1.276.174
2.01	Passivo Circulante	41.542	45.063	56.733
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	92	72	125
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	92	72	125
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento e provisão de férias	92	72	125
2.01.02	Fornecedores	173	151	149
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.344	1.592	1.088
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.344	1.592	1.088
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	1.259	1.070	1.088
2.01.03.01.03	Imposto sobre o lucro	85	522	0
2.01.05	Outras Obrigações	39.933	43.248	55.371
2.01.05.02	Outros	39.933	43.248	55.371
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	38.078	41.468	48.679
2.01.05.02.06	Participação nos Lucros	1.800	1.744	6.679
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	55	36	13
2.02	Passivo Não Circulante	50	52	2
2.02.03	Tributos Diferidos	50	50	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50	50	0
2.02.04	Provisões	0	2	2
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	2	2
2.03	Patrimônio Líquido	922.128	953.755	1.219.439
2.03.01	Capital Social Realizado	566.831	566.831	907.485
2.03.02	Reservas de Capital	13.339	11.936	5.003
2.03.04	Reservas de Lucros	341.958	374.988	306.951

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.570	734	391
3.03	Resultado Bruto	1.570	734	391
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	154.944	180.412	207.811
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.400	-13.852	-14.515
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-2.467	-2.540	-2.873
3.04.02.02	Despesas com Pessoal e Administradores	-6.933	-11.312	-11.642
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-8.389	0	0
3.04.03.01	Amortização do direito de concessão	-8.389	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.429	-1.876	-1.788
3.04.05.01	Outras despesas/receitas não operacionais	-1.429	-1.876	-1.788
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	174.162	196.140	224.114
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	156.514	181.146	208.202
3.06	Resultado Financeiro	3.504	8.219	14.565
3.06.01	Receitas Financeiras	4.215	8.232	15.474
3.06.02	Despesas Financeiras	-711	-13	-909
3.06.02.02	Outras	-711	-13	-909
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	160.018	189.365	222.767
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22	-494	-167
3.08.01	Corrente	-22	-444	-117
3.08.02	Diferido	0	-50	-50
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	159.996	188.871	222.600
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	159.996	188.871	222.600
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,4657	1,741	2,1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	159.996	188.871	222.600
4.03	Resultado Abrangente do Período	159.996	188.871	222.600

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.529	-5.441	8.088
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.517	6.466	4.578
6.01.01.01	Lucro Antes da Contribuição Social e Impoto de Renda	159.996	188.871	222.600
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	8.389	6.308	3.533
6.01.01.03	Liquidação de plano de opção efetuadas com títulos patrimoniais	0	6.933	2.392
6.01.01.04	Resultado da Equivalência de Operação Continuada	-174.162	-196.140	-224.114
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social	22	494	167
6.01.01.07	Outros	1.453	0	0
6.01.01.08	Rendimentos de Aplicação Financeira	-4.215	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.012	-11.907	3.510
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	0	-740	0
6.01.02.03	Impostos sobre o Lucro	0	663	-3.919
6.01.02.04	Impostos Diferidos	-1.749	0	-710
6.01.02.06	Outros Créditos a Receber	-591	6	3.502
6.01.02.07	Fornecedores	22	2	-41
6.01.02.08	Impostos e Contribuições a Recolher	1.211	60	1.045
6.01.02.09	Folha de Pagamento	20	-53	6
6.01.02.11	Participação nos lucros	56	-4.935	3.643
6.01.02.12	Outras Contas a pagar	19	-6.910	-16
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	125.397	0	0
6.02.03	Aquisição no investimento	-4.000	0	0
6.02.04	Dividendos recebidos	134.555	0	0
6.02.05	Resgates/Aplicações financeiras	25.152	0	0
6.02.06	Aplicação em fundo de investimento	-30.310	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-196.557	7.370	-116.545
6.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-196.557	38.681	-201.395
6.03.02	Redução capital	0	-31.311	-82.303
6.03.03	Integralização de Capital	0	0	2.139

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.03.04	Dividendos Recebidos	0	0	165.014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-80.689	1.929	-108.457
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.730	78.801	187.258
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	41	80.730	78.801

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.403	-155.168	0	0	-153.765
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.403	0	0	0	1.403
5.04.06	Dividendos	0	0	-155.168	0	0	-155.168
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-26.969	187.106	0	160.137
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	159.996	0	159.996
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-26.969	27.110	0	141
5.05.02.06	Absorção Prejuízo	0	0	-26.969	27.110	0	141
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	121.997	-159.996	0	-37.999
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	109.575	-109.575	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	12.422	-50.421	0	-37.999
5.07	Saldos Finais	566.831	13.339	341.958	0	0	922.128

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	907.485	5.003	270.224	36.727	0	1.219.439
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	907.485	5.003	270.224	36.727	0	1.219.439
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-340.654	6.933	-1.171	-78.223	0	-413.115
5.04.01	Aumentos de Capital	18.511	0	0	0	0	18.511
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.933	0	0	0	6.933
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.171	0	0	-1.171
5.04.08	Cisão Parcial do Acervo Conforme AGOE de 29/04/2010	-359.165	0	0	-14.386	0	-373.551
5.04.09	Ajuste de adoção inicial de IFRS/CPC	0	0	0	-63.837	0	-63.837
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	188.871	0	188.871
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	188.871	0	188.871
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	133.045	-174.485	0	-41.440
5.06.04	Reserva Legal	0	0	8.724	-8.724	0	0
5.06.05	Dididendos	0	0	0	-41.440	0	-41.440
5.06.06	Dividendos Adicionais	0	0	124.321	-124.321	0	0
5.07	Saldos Finais	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	987.649	2.611	241.802	80.394	0	1.312.456
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	987.649	2.611	241.802	80.394	0	1.312.456
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-80.164	2.392	-130.936	-64.688	0	-273.396
5.04.01	Aumentos de Capital	-80.164	0	0	0	0	-80.164
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.392	0	0	0	2.392
5.04.06	Dividendos	0	0	-130.936	0	0	-130.936
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.412	0	-7.412
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	-57.276	0	-57.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	159.358	21.021	0	180.379
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	222.600	0	222.600
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	159.358	-201.579	0	-42.221
5.05.03.02	Reserva legal	0	0	10.450	-10.450	0	0
5.05.03.03	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	147.737	-147.737	0	0
5.05.03.04	Dividendos	0	0	1.171	-43.392	0	-42.221
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	907.485	5.003	270.224	36.727	0	1.219.439

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	402	-1.020	-1.332
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.831	856	456
7.01.02	Outras Receitas	-1.429	-1.876	-1.788
7.01.02.01	Outras Receitas / Despesas operacionais	-1.429	-1.764	-1.788
7.01.02.02	Outras Receitas / Despesas não recorrentes	0	-112	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.467	-2.540	-2.873
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.467	-2.540	-2.873
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.065	-3.560	-4.205
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.065	-3.560	-4.205
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	169.277	221.540	238.679
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	165.773	196.140	224.114
7.06.02	Receitas Financeiras	4.215	8.232	15.474
7.06.03	Outros	-711	17.168	-909
7.06.03.01	Outras	-711	-13	-909
7.06.03.02	Reversão de Reservas de Lucros	0	17.181	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	167.212	217.980	234.474
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	167.212	217.980	234.474
7.08.01	Pessoal	6.933	11.312	11.642
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.294	10.800	11.048
7.08.01.02	Benefícios	97	62	88
7.08.01.03	F.G.T.S.	31	21	52
7.08.01.04	Outros	511	429	454
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	283	616	232
7.08.02.01	Federais	191	573	209
7.08.02.03	Municipais	92	43	23
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	159.996	206.052	222.600
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	7.412
7.08.04.02	Dividendos	50.421	196.608	43.392

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.575	9.444	171.796

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	3.398.831	3.276.531	3.334.857
1.01	Ativo Circulante	1.053.617	1.098.535	866.262
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	242.655	550.077	440.507
1.01.02	Aplicações Financeiras	205.745	0	0
1.01.03	Contas a Receber	527.637	489.169	374.007
1.01.03.01	Clientes	472.627	427.370	351.572
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	55.010	61.799	22.435
1.01.03.02.01	Serviços pedidos	29.102	55.335	18.279
1.01.03.02.02	Outros créditos	7.965	6.464	4.156
1.01.03.02.03	Depósitos judiciais	17.943	0	0
1.01.04	Estoques	8.752	7.965	5.520
1.01.06	Tributos a Recuperar	68.828	51.324	46.228
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	68.828	51.324	46.228
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	38.594	50.596	46.228
1.01.06.01.03	Imposto sobre o lucro	30.234	728	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.345.214	2.177.996	2.468.595
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	417.150	428.949	430.682
1.02.01.03	Contas a Receber	69.980	58.177	68.235
1.02.01.03.01	Clientes	69.980	58.177	68.235
1.02.01.06	Tributos Diferidos	75.911	148.027	166.714
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	75.911	148.027	166.714
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	271.259	222.745	195.733
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro da Concessão - Líquido	79.214	50.409	33.403
1.02.01.09.05	Outros créditos	8.950	8.842	8.959
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	133.321	112.511	95.930
1.02.01.09.07	Impostos e contribuições a recuperar	40.321	42.813	46.756
1.02.01.09.08	Impostos sobre o lucro	9.453	8.170	10.685
1.02.02	Investimentos	272	221	423.664

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.03	Imobilizado	137.749	142.245	131.318
1.02.04	Intangível	1.790.043	1.606.581	1.482.931

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	3.398.831	3.276.531	3.334.857
2.01	Passivo Circulante	787.004	666.585	605.382
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.249	7.651	6.471
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.249	7.651	6.471
2.01.02	Fornecedores	189.203	174.047	183.065
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	189.203	174.047	183.065
2.01.03	Obrigações Fiscais	77.109	46.402	36.738
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	77.109	46.402	36.738
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.717	4.643	0
2.01.03.01.02	Taxas Regulamentares a recolher	9.227	5.434	2.950
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições a Recolher	53.165	36.325	33.788
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	342.185	257.092	226.672
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	276.747	190.151	218.858
2.01.04.02	Debêntures	65.438	66.941	7.814
2.01.05	Outras Obrigações	134.474	143.255	137.233
2.01.05.02	Outros	134.474	143.255	137.233
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	54.816	61.154	60.785
2.01.05.02.04	Taxa de Iluminação Pública	14.534	13.493	15.704
2.01.05.02.05	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	14.657	15.890	17.138
2.01.05.02.06	Participação nos Lucros	18.682	18.538	20.586
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	31.785	34.180	23.020
2.01.06	Provisões	35.784	38.138	15.203
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.784	38.138	15.203
2.02	Passivo Não Circulante	1.353.284	1.339.029	1.262.687
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.127.211	1.084.609	1.047.834
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	928.122	831.470	780.534
2.02.01.02	Debêntures	199.089	253.139	267.300
2.02.02	Outras Obrigações	79.841	135.704	126.004

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.02.02	Outros	79.841	135.704	126.004
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	37.727	84.329	84.230
2.02.02.02.04	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	23.305	28.111	16.624
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	18.809	23.264	25.150
2.02.04	Provisões	146.232	118.716	88.849
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	146.232	118.716	88.849
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.258.543	1.270.917	1.466.788
2.03.01	Capital Social Realizado	566.831	566.831	907.485
2.03.02	Reservas de Capital	13.339	11.936	5.003
2.03.04	Reservas de Lucros	678.373	692.150	554.300
2.03.04.10	Participação de acionistas não controladores	336.415	317.162	247.349
2.03.04.11	Reserva de lucro	341.958	374.988	306.951

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.980.528	1.798.883	1.619.490
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.276.724	-1.105.927	-1.039.554
3.03	Resultado Bruto	703.804	692.956	579.936
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-346.373	-284.641	-131.834
3.04.01	Despesas com Vendas	-110.472	-84.929	-70.679
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-100.468	-98.847	-70.833
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-88.111	-77.016	-56.324
3.04.02.02	Despesas com Pessoal e administradores	-12.357	-21.831	-14.509
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-27.907	-35.905	-25.375
3.04.03.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-27.907	-35.905	-25.375
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-107.526	-73.038	-46.091
3.04.05.01	Provisão (reversão) de contingências	-18.533	-32.095	-3.252
3.04.05.02	Depreciação e Amortização	-24.415	-15.360	-14.195
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-56.189	-25.583	-28.644
3.04.05.04	Amortização do direito de concessão	-8.389	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	8.078	81.144
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	357.431	408.315	448.102
3.06	Resultado Financeiro	-53.428	-64.013	-73.074
3.06.01	Receitas Financeiras	111.037	99.767	110.140
3.06.02	Despesas Financeiras	-164.465	-163.780	-183.214
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	304.003	344.302	375.028
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-57.834	-58.204	-75.827
3.08.01	Corrente	-26.979	-39.359	-61.685
3.08.02	Diferido	-30.855	-18.845	-14.142
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	246.169	286.098	299.201
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	246.169	286.098	299.201
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	159.996	188.871	222.600
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	86.173	97.227	76.601

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,4657	1,741	2,1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	246.169	286.098	299.201
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	246.169	286.098	299.201
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	246.169	286.098	299.201

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	311.561	257.404	179.828
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	604.208	664.946	513.065
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	246.169	286.098	291.789
6.01.01.02	Depreciação e amortização	108.359	104.802	97.593
6.01.01.04	Despesas de Juros	142.277	95.811	89.381
6.01.01.05	Perda na venda de intangível	15.580	0	0
6.01.01.06	Provisão (reversão) de contingências	45.185	85.270	11.852
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda	27.907	35.906	25.375
6.01.01.08	Liquidação de pano de opção efetuadas com títulos patrimoniais	0	6.933	2.392
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	0	-8.078	-81.144
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.855	0	0
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social correntes	26.979	58.204	75.827
6.01.01.14	Outros	1.979	0	0
6.01.01.15	Rendimentos de aplicações financeiras	-41.082	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-153.565	-176.754	-97.421
6.01.02.01	Consumidores	-84.967	-101.646	58.541
6.01.02.02	Estoques	-787	-2.445	-3.751
6.01.02.03	Impostos a recuperar	3.664	3.215	91.998
6.01.02.04	Impostos sobre o lucro	0	-1.853	-53.210
6.01.02.05	Impostos diferidos	0	18.687	-148.988
6.01.02.06	Serviços pedidos e outros	26.233	-37.056	38.964
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-38.754	0	0
6.01.02.08	Aquisição ativo financeiro de concessão	-53.562	0	0
6.01.02.09	Outros créditos a receber	-1.608	-35.978	43.995
6.01.02.10	Fornecedores	15.156	-9.018	18.785
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	12.474	0	0
6.01.02.12	Folha de Pagamento	598	1.180	-1.562
6.01.02.13	Provisão para Contingências	-27.216	-33.661	-16.642

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01.02.14	Taxas regulamentares	4.834	2.484	-34.159
6.01.02.15	Programa de eficientização	-6.039	10.239	11.152
6.01.02.16	Participação nos lucros	144	-2.048	8.532
6.01.02.17	Outras contas a pagar	-3.735	9.274	-115.952
6.01.02.18	Imposto sobre o lucro a recolher	0	4.083	0
6.01.02.19	Taxa de Iluminação Pública	0	-2.211	4.876
6.01.03	Outros	-139.082	-230.788	-235.816
6.01.03.01	Juros Pagos	-101.243	-133.601	-90.003
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-37.839	-97.187	-145.813
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-443.297	-201.283	-222.198
6.02.01	Aquisições no ativo intangível	-275.308	-228.314	-222.198
6.02.03	Aquisição ativo imobilizado	-3.326	-26.287	0
6.02.05	Aquisição no investimento	0	53.318	0
6.02.06	Resgates/Aplicações financeiras	18.284	0	0
6.02.07	Aplicação em fundo de investimento	-182.947	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-175.686	53.449	-131.778
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	283.027	218.018	175.904
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos (Principal e juros)	-192.287	-113.033	22.699
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-266.426	-70.047	-250.217
6.03.04	Redução capital	0	18.511	-80.164
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-307.422	109.570	-174.148
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	550.077	440.507	614.655
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	242.655	550.077	440.507

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755	317.162	1.270.917
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755	317.162	1.270.917
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.403	-155.168	0	0	-153.765	-50.464	-204.229
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.403	0	0	0	1.403	0	1.403
5.04.06	Dividendos	0	0	-155.168	0	0	-155.168	-50.464	-205.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-26.969	187.106	0	160.137	86.173	246.310
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	159.996	0	159.996	86.173	246.169
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-26.969	27.110	0	141	0	141
5.05.02.06	Absorção Prejuízo	0	0	-26.969	27.110	0	141	0	141
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	121.997	-159.996	0	-37.999	-16.456	-54.455
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	109.575	-109.575	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos	0	0	12.422	-50.421	0	-37.999	-16.456	-54.455
5.07	Saldos Finais	566.831	13.339	341.958	0	0	922.128	336.415	1.258.543

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	907.485	5.003	270.224	36.727	0	1.219.439	247.349	1.466.788
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	907.485	5.003	270.224	36.727	0	1.219.439	247.349	1.466.788
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-340.654	6.933	-1.171	-78.223	0	-413.115	0	-413.115
5.04.01	Aumentos de Capital	18.511	0	0	0	0	18.511	0	18.511
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.933	0	0	0	6.933	0	6.933
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.171	0	0	-1.171	0	-1.171
5.04.08	Cisão Parcial do Acervo Conforme AGOE de 29/04/2010	-359.165	0	0	-14.386	0	-373.551	0	-373.551
5.04.09	Ajuste de adoção inicial de IFRS/CPC	0	0	0	-63.837	0	-63.837	0	-63.837
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	188.871	0	188.871	97.227	286.098
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	188.871	0	188.871	97.227	286.098
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	133.045	-174.485	0	-41.440	-27.414	-68.854
5.06.04	Reserva Legal	0	0	8.724	-8.724	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos	0	0	0	-41.440	0	-41.440	-27.414	-68.854
5.06.06	Dividendos Adicionais	0	0	124.321	-124.321	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	566.831	11.936	402.098	-27.110	0	953.755	317.162	1.270.917

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	987.649	2.611	241.802	80.394	0	1.312.456	634.096	1.946.552
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	987.649	2.611	241.802	80.394	0	1.312.456	634.096	1.946.552
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-80.164	2.392	-130.936	-64.688	0	-273.396	-417.393	-690.789
5.04.01	Aumentos de Capital	-80.164	0	0	0	0	-80.164	-417.393	-497.557
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.392	0	0	0	2.392	0	2.392
5.04.06	Dividendos	0	0	-130.936	0	0	-130.936	0	-130.936
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.412	0	-7.412	0	-7.412
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	-57.276	0	-57.276	0	-57.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	159.358	21.021	0	180.379	30.646	211.025
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	222.600	0	222.600	76.601	299.201
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	159.358	-201.579	0	-42.221	-45.955	-88.176
5.05.03.02	Reserva legal	0	0	10.450	-10.450	0	0	0	0
5.05.03.03	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	147.737	-147.737	0	0	0	0
5.05.03.04	Dividendos	0	0	1.171	-43.392	0	-42.221	-45.955	-88.176
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	907.485	5.003	270.224	36.727	0	1.219.439	247.349	1.466.788

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	2.473.610	2.235.310	2.020.647
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.581.002	2.328.894	2.077.918
7.01.02	Outras Receitas	-107.392	-93.584	-54.019
7.01.02.01	Outras Receitas / Despesas operacionais	-18.337	-38.209	-28.644
7.01.02.02	Outras Receitas / Despesas não recorrentes	-42.615	-11.725	0
7.01.02.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-27.907	-35.906	-25.375
7.01.02.04	Provisão (reversão) de contingências	-18.533	-7.744	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	-3.252
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.323.162	-1.105.620	-1.030.476
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.114.063	-954.228	-470.906
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-205.047	-156.590	-125.239
7.02.04	Outros	-4.052	5.198	-434.331
7.02.04.01	Custo de Construção	0	0	-431.622
7.02.04.02	Despesas Comerciais e Outras	-4.052	5.198	-2.709
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.150.448	1.129.690	990.171
7.04	Retenções	-108.359	-98.494	-97.593
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-108.359	-98.494	-97.593
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.042.089	1.031.196	892.578
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	55.817	89.225	90.039
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	8.078	81.144
7.06.02	Receitas Financeiras	111.037	99.767	101.153
7.06.03	Outros	-55.220	-18.620	-92.258
7.06.03.01	Reversão de reservas de lucros	0	17.181	0
7.06.03.02	Outras	-55.220	-35.801	-92.258
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.097.906	1.120.421	982.617
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.097.906	1.120.421	982.617
7.08.01	Pessoal	85.522	88.943	64.579
7.08.01.01	Remuneração Direta	75.808	63.414	51.733

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.01.02	Benefícios	10.439	11.654	6.737
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.672	3.941	2.351
7.08.01.04	Outros	-4.397	9.934	3.758
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	657.848	596.550	534.235
7.08.02.01	Federais	344.075	304.445	287.423
7.08.02.02	Estaduais	311.971	291.078	246.176
7.08.02.03	Municipais	1.802	1.027	636
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	108.367	131.649	92.014
7.08.03.01	Juros	104.482	127.979	89.381
7.08.03.02	Aluguéis	3.885	3.670	2.633
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	246.169	303.279	291.789
7.08.04.02	Dividendos	50.421	196.608	43.392
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.575	9.444	171.796
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	86.173	97.227	76.601

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Administração da Equatorial Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2011. As informações não financeiras da Companhia e suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da Companhia

Visão Geral

Com atuação no setor elétrico, a Equatorial Energia é uma *holding* com atuação no setor elétrico.

No segmento de distribuição, a Equatorial Energia controla a CEMAR (Companhia Energética do Maranhão), única concessionária do Estado do Maranhão, que possui área de atuação de 332 mil km² - cerca de 3,91% do território brasileiro - e abrange cerca de 6,5 milhões de habitantes – ou 3,3% da população do Brasil.

No segmento de geração, a Equatorial detém 25% de participação na Geramar, sociedade responsável pela operação de 2 usinas termelétricas localizadas no Maranhão, com capacidade instalada conjunta de 330MW, e em operação comercial desde o 1º trimestre de 2010.

Desde novembro de 2011, no segmento de comercialização, a Equatorial passou a deter, indiretamente, por meio da sua subsidiária Equatorial Soluções S.A, 51% de participação na Sol Energias, empresa comercializadora de energia e desenvolvedora de novos produtos e serviços.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

02. Destaques de 2011

- ▶ A **receita operacional líquida (ROL)** atingiu R\$1.980,5 milhões, 10,1% superior à ROL de 2010, o que reflete crescimento de 8,9% na CEMAR.
- ▶ O **volume total de energia** faturada cresceu 5,5% em relação ao mesmo período em 2010, atingindo 4.372 GWh.
- ▶ O **EBITDA ajustado** somou R\$506,0 milhões, queda de 3,7% em relação ao valor apresentado em 2010.
- ▶ O **lucro líquido** atingiu R\$159,8 milhões, redução de 8,4% se comparado ao valor do ano anterior.
- ▶ Os **investimentos** consolidados da Equatorial totalizaram R\$496,9 milhões e foram 19,6% maiores do que os realizados em 2010. Na CEMAR (excluindo investimentos diretos no Programa Luz para Todos - PLPT), os investimentos totalizaram R\$322,3 milhões, crescimento de 63,6%. Já os investimentos do PLPT somaram R\$174,6 milhões.
- ▶ No 4T11, os índices de **DEC** e **FEC** da CEMAR (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 21,4 horas e 11,6 vezes, respectivamente, registrando quedas de 0,3% e 17,1% em relação aos índices observados ao final do 4T10.
- ▶ As **perdas de energia** em 2011 representaram 21,0% da energia requerida, com redução de 1,0 p.p. em relação aos 22,0% verificados ao final de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

03. Mensagem do Presidente

2011 foi um ano de conquistas e algumas mudanças para a Equatorial Energia. Na CEMAR, continuamos a reduzir as perdas, melhoramos ainda mais os indicadores de qualidade do serviço (DEC e FEC), e obtivemos crescimento de mercado consumidor de energia elétrica acima da média nacional. Adquirimos participação de 51% na Sol Energias, comercializadora de energia e desenvolvedora de novos negócios, através de aporte de R\$6,0 milhões em seu capital.

Do ponto de vista financeiro, obtivemos excelentes resultados com nosso EBITDA atingindo a marca de R\$503,6 milhões e o lucro líquido, R\$159,8 milhões.

Do ponto de vista de fluxo de caixa, na CEMAR priorizamos linhas de financiamento de longo prazo com taxas atraentes vis-à-vis às de mercado. Fizemos captações relevantes, principalmente no BNDES, para financiar o forte programa de investimentos da companhia. Com isso, terminamos o ano com uma dívida líquida de R\$1.005,1 milhões, equivalente a 2,0 vezes o EBITDA anual.

A Equatorial, principalmente através da CEMAR, investiu o montante de R\$496,9 milhões. Dos quais pouco mais de R\$322,3 milhões foram efetuados em investimentos próprios e R\$174,6 milhões pelo Programa Luz Para Todos (PLPT), através do qual, até o momento, já foram conectadas mais de 300 mil famílias, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas no estado do Maranhão.

Esse elevado nível de investimentos permitiu mais uma vez à CEMAR melhorar a qualidade técnica de seus serviços. Conseguimos reduzir expressivamente a quantidade de interrupções e de suas durações, com os indicadores DEC e FEC apresentando redução de 0,3% e 17,1%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Isso tudo num cenário onde o mercado consumidor de energia elétrica no Maranhão cresceu 5,5%.

Outro ponto de destaque é o contínuo sucesso do programa de combate às perdas na CEMAR que conseguiu reduzir as perdas totais da companhia em 1,0 ponto percentual neste ano. Nos últimos anos, a queda é ainda maior. Encerramos 2008 com perdas de 28,9%, caindo para 21,0% ao final de 2011. Temos um enorme desafio de continuar com essa tendência declinante do nível de perdas em função do crescimento de mercado.

Por fim, estamos otimistas com 2012 e acreditamos que surgirão novas oportunidades de investimento para a Equatorial Energia acompanhando o movimento de expansão e consolidação do setor elétrico brasileiro.

Agradecemos a todos os nossos colaboradores, acionistas, fornecedores e parceiros pelo apoio e confiança ao longo desses anos.

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Diretor-Presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

04. Ambiente e Perspectivas Econômicas no Maranhão

Maranhão	
Capital	São Luís
Área (km²)	331.936
% da área do Brasil	3,9%
Número de municípios	217
População (estimativa IBGE 2010)	6.574.789
% População Nacional	3,4%
PIB (IBGE estimativa 2009)	R\$ 39.855 milhões
% PIB Brasileiro	1,2%

Em 2011, o consumo de energia na região Nordeste decresceu 1,5%, enquanto a média nacional cresceu 1,8%. O estado do Maranhão, por sua vez, apresentou aumento de 5,5% no consumo de energia, superior à média nacional.

Localizado em uma posição geográfica privilegiada, com fácil acesso aos mercados norte-americano, europeu e, por meio do Canal do Panamá, também ao asiático, o Maranhão possui dois importantes vetores econômicos: o agronegócio e as atividades de mineração e metalurgia.

O agronegócio localiza-se na região sul do estado e é caracterizado pelo cultivo de soja e pela pecuária – atividades que se beneficiam das facilidades para exportação e das condições climáticas. Já a mineração e metalurgia estão presentes nas partes oeste e norte e giram em torno das produções de alumínio, minério de ferro e ouro.

Merece destaque no estado o investimento que a Petrobras está realizando em sua Refinaria Premium, com capacidade estimada para processar 600 mil barris diários de petróleo. O investimento total está estimado em praticamente US\$ 20 bilhões e a previsão, de acordo com a própria empresa, é que a primeira fase do projeto entre em operação em 2016, quando metade de sua capacidade esperada já estará operacional. A segunda fase está prevista para ficar pronta até 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

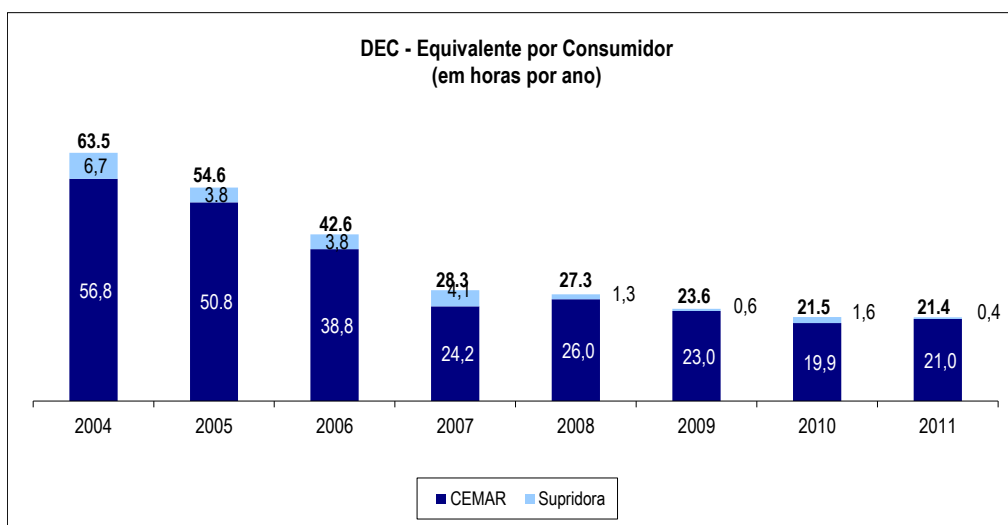
05. Gestão dos Negócios

5.1 Qualidade

DEC e FEC - CEMAR

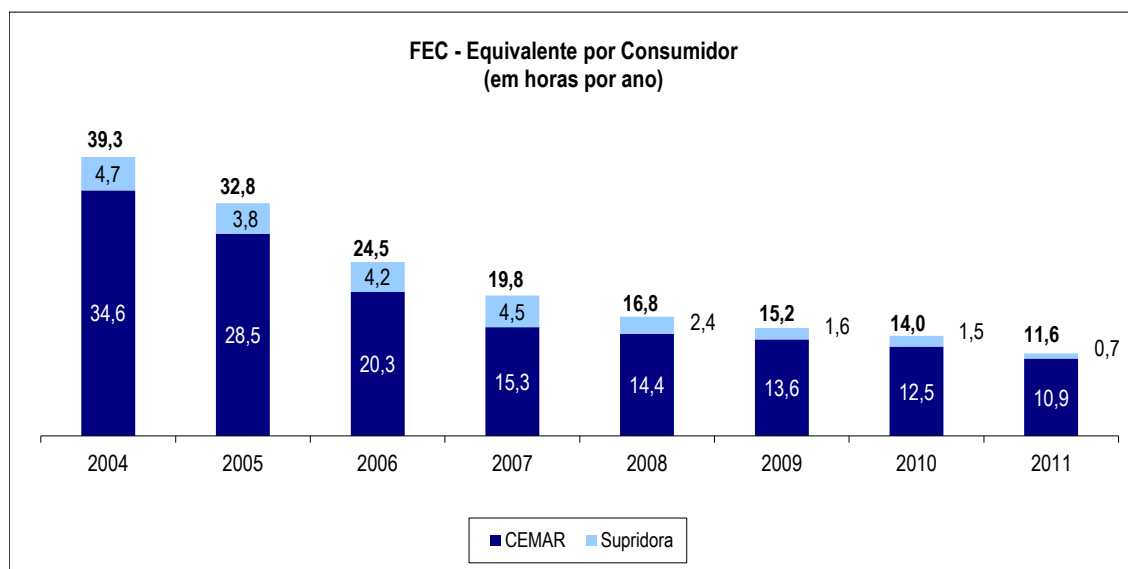
Ao longo dos últimos anos, a CEMAR apresentou melhoras significativas na qualidade técnica do seu serviço, reduzindo expressivamente a duração e a frequência de interrupções no fornecimento de energia.

Em 2011, o DEC (Duração Equivalente por Consumidor) da Companhia, que mede a duração média das interrupções, em horas por consumidor por período, diminuiu 0,8% em relação ao ano anterior, atingindo 21,6 horas. Em comparação ao índice de 2004, essa melhora foi de 66,3%.



Já o FEC (Frequência Equivalente por Consumidor), que mede a frequência das interrupções, em vezes por consumidor por período, diminuiu 17,4% na comparação com o índice de 2010, atingindo 11,6 vezes. Em relação a 2004, tal queda foi de 70,5%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



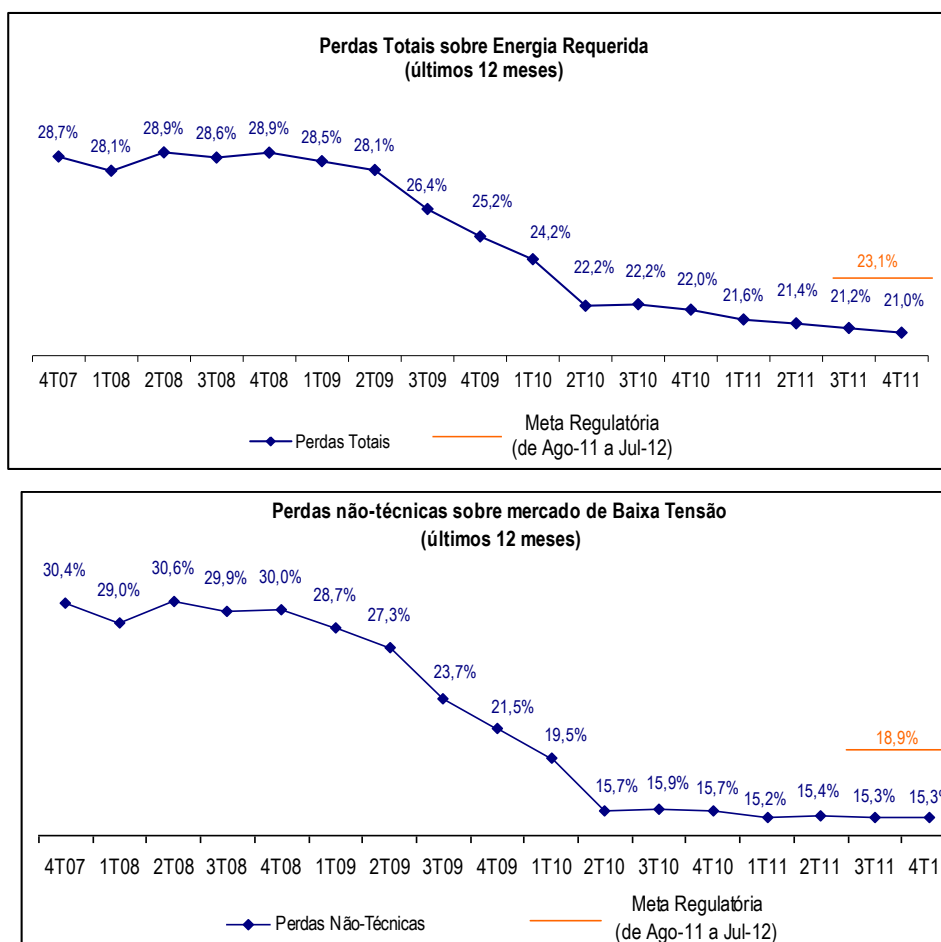
5.2 Combate às Perdas – CEMAR

Em 2008, a reestruturação da Gerência de Combate às Perdas foi essencial para a revisão dos processos, desde a seleção de pessoas, treinamento, adequação dos procedimentos internos (aderentes às normas regulatórias e judiciais), até a padronização de atividades e abordagem ao cliente. Esta transformação e a criação do Comitê de Perdas, onde todos os envolvidos no processo prestavam contas de suas ações em reuniões semanais, refletiram, em 2010, uma redução de 3,2 p.p. nas perdas globais em comparação com as perdas totais no ano de 2009.

Em 2011, a estratégia de Combate às Perdas foi mantida, resultando em uma redução de 1,0 p.p. nas perdas globais. Para o biênio, acumulou-se uma redução de aproximadamente 4,2 p.p., o equivalente a 27,5% das perdas não-técnicas. A quantidade de energia requerida pelo sistema da CEMAR e de energia vendida somaram 5.539 GWh e 4.379 GWh, crescimento de 4,0% e 5,5%, respectivamente, em relação a 2010. As perdas de energia registradas pela Companhia em 2011 totalizaram 1.160 GWh, ou seja, 21,0%, versus 22,0% apresentado ao final de 2010.

A CEMAR também avançou na implantação da medição fiscal, assim os 12 maiores municípios do Maranhão já contam com balanço energético, totalizando 6.793 transformadores e 683.492 unidades consumidoras, o que representa 28,7% do mercado de energia da CEMAR.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



5.3 Atendimento ao cliente - CEMAR

2011 foi um ano em que a CEMAR aumentou ainda mais seu foco no atendimento aos clientes, tanto de varejo como corporativos, destacando as seguintes realizações:

- Implantação de 138 novas agências de atendimento no Estado do Maranhão, cobrindo todos os seus municípios;
- Disponibilização de Máquinas de Autoatendimento, reduzindo drasticamente as filas;
- Redução de 75% no volume de ordens serviços vencidos;
- Melhoria no Processo de Tratamento de Reclamações – Certificação ISO 9001 obtida;
- Implantação de um Sistema Automático para geração de relatórios operacionais e Gerenciais – Plataforma Sysphera;
- Cumprimento de 100% das demandas judiciais dentro do prazo;
- Reuniões quinzenais do Comitê de Clientes;
- Manual de Reclamações, com diretrizes para registro e tratamento das mesmas;
- Implantação do Programa de Padronização na Gerência de Relacionamento o Cliente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Monitoria da Qualidade em todos os canais de atendimento da Gerência de Relacionamento com o Cliente

Central de Atendimento

Este canal realizou praticamente 3,8 milhões de atendimento em 2011, com uma estrutura de aproximadamente 65 posições de atendimento e 156 atendentes.

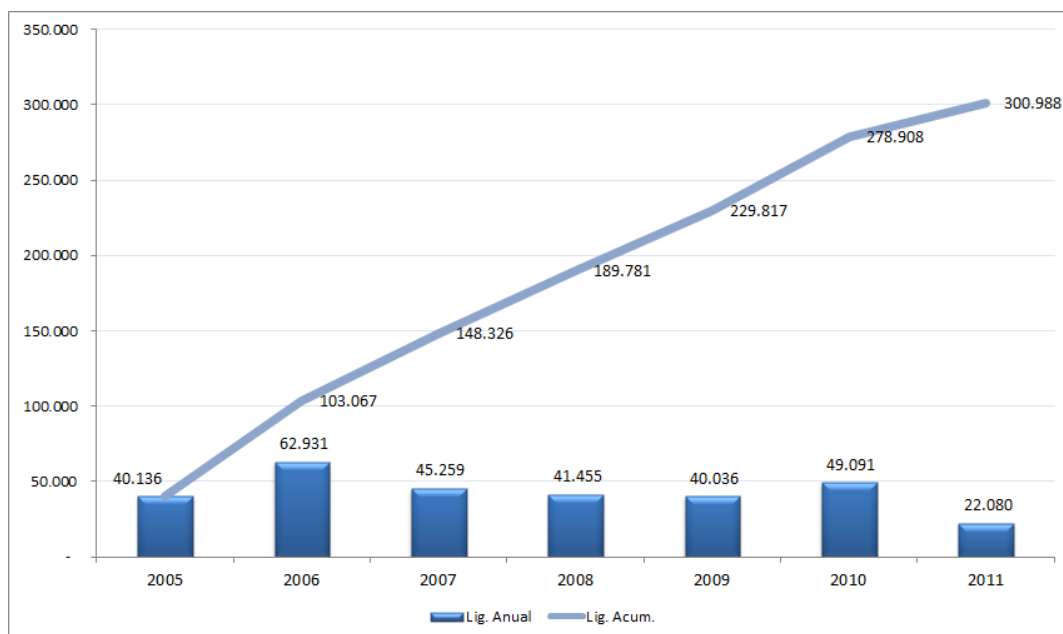
06. Programa Luz Para Todos

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos" (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento sócio-econômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A CEMAR desempenha o papel de agente executor do Programa no Maranhão. O Estado está inserido entre os 04 maiores programas do país, representando 10% de todo o volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolvem mais de 30 empresas de engenharia e mais de 1500 pessoas direta e indiretamente.

Em 31 de dezembro de 2011, a CEMAR alcançou a marca histórica de 300.988 famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 1,5 milhão de habitantes. O PLPT já está presente em todos os 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2011, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos contábeis com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 174,6 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em julho de 2011, o Governo Federal instituiu, através do Decreto 7520, definindo as regras e as fontes de recursos, a continuação do Programa Luz Para Todos até 2014.

07. Assuntos Regulatórios

A Equatorial Energia busca constantemente manter um intercâmbio produtivo de experiências com os órgãos reguladores e associações do setor de energia elétrica. Esse foco visa difundir as melhores práticas de atuação, criar sinergia entre as diversas organizações, bem como ampliar sua capacidade de pleitear demandas junto às agências reguladoras.

Reajuste Tarifário Anual 2011 - CEMAR

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.194, de 23 de agosto de 2011 homologou os resultados do Reajuste Tarifário Anual de 2011. Como resultado do processo as tarifas da CEMAR foram em média, reajustadas em 13,06% (treze vírgula zero seis por cento) com um efeito médio percebido pelo consumidor de 7,25% (sete vírgula vinte e cinco por cento), resultante da consideração de componentes financeiros no valor de 5,10% (cinco vírgula dez por cento). Ainda, foi fixado o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE em R\$ 3.796.444,07.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

08. Gestão de Pessoas

CEMAR

A CEMAR encerrou 2011 com 1.176 colaboradores próprios e mais de 5.000 terceiros. Esta força de trabalho é constituída por colaboradores novos e antigos que vivenciaram todo o processo de mudança de gestão e adaptação à cultura da CEMAR.

MERITOCRACIA

A Diretoria de Gente e Gestão adota uma política de meritocracia, através do Programa de Remuneração Variável, baseado no alcance de metas para todos os níveis da Companhia. Adicionalmente, como forma de estimular o alcance dos objetivos mais importantes, promovemos Campanhas Motivacionais com premiações aos destaques entre os colaboradores próprios e profissionais terceirizados participantes.

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Na CEMAR, os nossos programas e ações de treinamento e desenvolvimento são orientados para a capacitação de nossos colaboradores nas Competências Organizacionais para que possam viabilizar nossa estratégia. Dessa forma, tanto nossos programas corporativos como aqueles que visam desenvolver competências individuais estão alinhados as nossas metas e objetivos organizacionais.

Visando aperfeiçoar seu modelo de educação corporativa desde 2009 realizamos o Programa de Capacitação dos Colaboradores orientado pelos conceitos da Gestão por Competências. Avaliadas as Competências Organizacionais, Comportamentais e Técnicas dos colaboradores, o gestor aponta ações que eliminam *gaps* de desempenho ou desenvolvem potenciais habilidades dos colaboradores e gestores.

Voltado para capacitação e desenvolvimento de nossos gestores, em 2010, lançamos o **Programa “DNA do Líder”** e, em 2011, demos continuidade nas ações deste programa.

O DNA do Líder tem o objetivo de definir de forma estruturada a base para o desenvolvimento da liderança, oferecendo informações úteis para que nossos gestores possam exercer sua função de liderança com agilidade e presteza.

O Programa DNA do líder é formado por três grandes cadeias de informação:

- **Cadeia de Políticas Corporativas** – cujo objetivo é oferecer uma visão ampla das principais Políticas da Companhia e disponibilizar em um mesmo local as informações importantes para o dia a dia do gestor.
 - **Cadeia de Processos** – que pretende padronizar os processos gerando uniformidade na operação do negócio.
 - **Cadeia de Desenvolvimento** – que tem a missão de motivar nossos líderes a absorverem, aderirem e disseminarem os conceitos e ferramentas do modelo de liderança, composta pelo processo de Gestão por Competências e pela Matriz de Formação do líder, que está dividida em seis pilares que são: Pilar Gente, Gestão, Comunicação, Financeiro, Segurança e Meio Ambiente e Técnico Específico. Cada um destes pilares é composto por um conjunto de treinamentos.
-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Num fluxo contínuo de aprendizagem, a CEMAR proporcionou ainda a vários grupos de colaboradores programas específicos de formação e desenvolvimento, destacando:

O programa de MBA CEMAR possibilita aos colaboradores selecionados a oportunidade de se especializarem em suas áreas de atuação e potencializar o desenvolvimento de sua carreira na CEMAR, atendendo-os com incentivo educacional de 60% em cursos de Pós Graduação.

Em 2011, tivemos o lançamento da 3ª turma de MBA CEMAR, com a participação de 21 colaboradores contemplados no programa.

O programa Formação de Eletrotécnicos visa atender os colaboradores com incentivo educacional de 90% do valor da mensalidade em instituições locais. No ano de 2011, lançamos a 2ª turma do programa, ampliando o número de participantes para 76 pessoas, gerando mais desenvolvimento e satisfação para os nossos colaboradores.

O Programa Operação EDUCAR possibilita aos colaboradores selecionados a oportunidade de adquirir a certificação como Técnico em Eletrotécnica. Este programa é direcionado para atender a formação dos controladores de operação do sistema elétrico, com incentivo de 90% do valor da mensalidade. Em 2011, tivemos a manutenção da turma de 08 colaboradores contemplados pelo programa.

Desde 2007, a **Avaliação de Desempenho** é utilizada como instrumento de desenvolvimento dos colaboradores.

Atualmente, a principal ferramenta para compreender as possibilidades de carreira que cada colaborador possui na CEMAR é no momento da Gestão por Competências. Neste momento o gestor, além de dar *feedback*, monta com o colaborador o seu PDI (Plano de Desenvolvimento Individual), possibilitando ao mesmo clara visão de onde precisa se desenvolver para alcançar seus objetivos de carreira, bem como buscar outros conhecimentos através de cursos de formação, objetivando sanar os gaps identificados na avaliação.

Visando realizar o alinhamento de todos os colaboradores com o novo formato da Gestão por Competências, foi realizado em 2011, o **Workshop de Competências**, com objetivo de criar oportunidades para intercambiar conhecimentos, ampliando a visão sobre Gestão por Competência na CEMAR, com o intuito de melhorar os resultados no uso dessa ferramenta. Através do workshop, gestores e demais colaboradores puderam desenvolver consciência de suas competências (pontos fortes e a desenvolver), identificar e visualizar sua 'trilha' de desenvolvimento, alinhar sua atuação com as estratégias da organização e conhecer e disseminar com transparência as políticas de Gestão de Pessoas. Tivemos 788 participações no Workshop, entre gestores e colaboradores.

O processo abrange todos os colaboradores da CEMAR e, para facilitar a realização e apuração dos resultados das avaliações dividimos o Programa em 04 ciclos.

No 4º ciclo, utilizamos o modelo 360º, onde todos os colaboradores avaliam e são avaliados pelo superior, subordinado (equipe) e cargo-par, além de fazerem sua auto-avaliação. Além deste modelo utilizamos, para os demais ciclos, o formato de avaliação 180º, que consiste na auto-avaliação, avaliação do superior, avaliação do subordinado e consenso.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Gestão por Competências compreende todo o processo de avaliações até a conclusão do PDI – Plano de Desenvolvimento Individual, no qual são demandadas ações voltadas para o desenvolvimento pessoal e profissional do colaborador como, por exemplo, ler livros, assistir filmes, participar de treinamentos, realizar visitas em outras empresas do setor, fazer rodízio nas áreas (*job rotation*), participar de projetos, reunir-se com o gestor, entre outras.

Importantes ações também foram realizadas para medir o clima de satisfação dos colaboradores da CEMAR.

A principal ferramenta de avaliação dos fatores que afetam o bem-estar, a satisfação e a motivação das pessoas na organização é a Pesquisa de Clima, que tem como principal objetivo conhecer a opinião dos colaboradores no que tange às políticas, processos, sistemas de gestão e liderança CEMAR.

Desde 2006 a CEMAR realiza pesquisa interna de clima, e pelo terceiro ano consecutivo adota o mesmo formulário de Pesquisa das Melhores Empresas para Trabalhar, Revista Exame-Você SA.

Para nos antecipar aos resultados, realiza-se anualmente o Diagnóstico de Clima, onde os próprios colaboradores propõem ações para melhoria do clima. Estas ações são validadas pela área de Gente em parceria com o gestor de cada área, além disso, a Diretoria de Gente e Gestão elabora plano de ação corporativo para atender as demandas dos colaboradores. As ações são implementadas visando melhorar o grau de satisfação dos colaboradores nos itens identificados como de baixo grau de satisfação.

Em 2011, fizemos uma melhoria no processo de forma a facilitar a resposta e, consequentemente a análise dos resultados. Inovamos e realizamos a Pesquisa Interna por meio de formulário eletrônico, o que nos levou à excepcional participação de 89% dos colaboradores.

Resultado das Pesquisas Realizadas em 2011



Além da Pesquisa Interna e da Pesquisa da Você S/A, participamos pela primeira vez da Pesquisa da *Great Place to Work*, e tivemos o orgulho de ser a **1ª empresa maranhense a ficar entre as 100 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil e 19ª empresa na Categoria Especial – As empresas que mais promoveram.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

OUTRAS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO:

O Programa “**MELHORES PRÁTICAS PARA A EXCELÊNCIA**” (ou *benchmarking*) tem como principal objetivo identificar as melhores práticas realizadas em outras empresas, com o propósito de aprendizagem e adaptação dos métodos corporativos, compreendendo um processo que deve ser sistematizado para estabelecer comparações entre as práticas de mercado e a Companhia.

A metodologia do programa é baseada nos seguintes pilares: Planejamento, Desenvolvimento, Ação e Maturidade. O *benchmarking* pode ser aplicado em todos os tipos de atividades, projetos, produtos e serviços da Companhia. O intuito do programa é fazer com que todos os envolvidos assumam uma postura de “querer aprender com os outros” para que possa justificar o esforço investido, pois essa busca das melhores práticas é um trabalho intensivo, consumidor de tempo e que requer disciplina.

Reforçando cada vez mais o papel do líder na busca constante da excelência, o programa “Melhores Práticas para Excelência” está inserido na cadeia de Processo do DNA do Líder. Após realizar a visita em outra empresa, o colaborador deve apresentar para a Diretoria, um relatório cujo modelo deve constar a forma que a CEMAR desenvolve o processo visitado, a forma como a outra empresa realiza o trabalho e de que maneira iremos adaptar as melhorias identificadas à cultura da Companhia.

No ano de 2011, 08 colaboradores puderam realizar visitas em outras empresas e extrair as melhores práticas realizadas, aplicando-as à realidade da CEMAR.

A **Biblioteca CEMAR** proporciona a todos os colaboradores a possibilidade de adquirir novos conhecimentos e aprimorar o desenvolvimento de suas competências (organizacionais e comportamentais), incentivando a leitura com qualidade e facilidade. O público atendido pela Biblioteca são todos os colaboradores e estagiários da CEMAR.

Em 2011, fizemos varias ações de desenvolvimento em parceria com o SESI, onde enfatizamos a importância da leitura para o nosso desenvolvimento. Comemoramos o dia do livro com uma grande apresentação e lançamos a **Biblioteca Móvel** que percorreu todos os salões levando os livros e DVDs ligados às competências da CEMAR.

O resultado de todo esse trabalho foi a locação de mais de 570 exemplares realizada pelos nossos colaboradores, entre livros e DVDs.

ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS

Os programas de talentos da CEMAR estão alinhados ao modelo de gestão de recursos humanos adotado.

Em 2011, a CEMAR deu continuidade a seu programa de **Trainee Universitário**. Na busca do perfil diferenciado, a Companhia percorreu as melhores universidades brasileiras para atrair talentos, antecipando-se às necessidades de captação de bons profissionais com possibilidade de assumirem mais rapidamente posições de destaque na empresa.

Dentre os 78 *trainees* universitários já contratados pela CEMAR, 36 permanecem na empresa e, destes, 15 exercem cargos de gestão (Executivo e Gerente).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2011, o público-alvo do Programa foram graduados de Jan/2008 a Dez/2010 nas formações de Administração, Economia, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção.

O Programa teve aproximadamente 5.645 inscritos e, ao final das etapas do recrutamento e seleção, foram selecionados 04 profissionais para fazer parte do Programa, (01 com formação em Ciência da Computação e 03 Engenheiros Eletricistas). Durante a etapa de formação, os *trainees* passam por todas as áreas da Companhia através do *Job rotation*, além de elaborarem, ao final da etapa de formação, o projeto de melhoria para a área da qual farão parte.

Outro programa que oferece oportunidades a jovens universitários e estudantes de escolas técnicas experiência profissional é o **Programa de Estágio**.

Desde 2004 a CEMAR recebe e prepara estagiários com destacado potencial para ocuparem posições técnicas e/ou de analista, através de um sistema de desenvolvimento e acompanhamento que propicie, de forma estruturada, o amadurecimento profissional, a integração e compreensão da organização.

O perfil destes jovens é de estudantes de nível superior, a dois anos de conclusão do curso, e os cursos podem ser: Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Comunicação Social, Marketing, Processamento de dados, Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Arquitetura, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Biblioteconomia, Serviço Social e Engenharia da Computação. Estudantes de Nível Técnico cursando as disciplinas da escola técnica. E os cursos podem ser: Téc. Eletrotécnica, Téc. Eletromecânica, Téc. Eletroeletrônica, Téc. Eletrônica e Mecatrônica.

O resultado de todo esse trabalho em 2011 foi a inscrição de mais de quatro mil pessoas no programa em todo o Maranhão. Gerando a contratação de 43 novos Estagiários na empresa com uma retenção de 44% dos captados.

Para privilegiar seus talentos o **Recrutamento Interno** é um dos princípios da CEMAR nos processos de recrutamento e seleção de candidatos. O programa de Recrutamento Interno é oferecido formalmente a todos os colaboradores até o nível de analista, que participam do processo de forma igualitária. Cargos de gestão são tratados através do Mapeamento de Sucessores e recrutamento externo.

Como resultado do Recrutamento Interno em 2011, tivemos um total 41 colaboradores selecionados, possibilitando aos talentos da Companhia mudanças nas suas áreas de atuação, crescimento profissional, oportunidade de encarar novos desafios e satisfação profissional.

Nossa política prioriza os talentos internos, sendo que 87% do nosso quadro de Liderança (Diretores, Gerentes, Executivos e Líderes) é constituído de pessoas que foram promovidas internamente.

A consolidação da internet como o principal meio de comunicação da atualidade fez com que no ano de 2011, a CEMAR implantasse uma nova ferramenta, o Currículo WEB, visando melhorar ainda mais nosso processo de Recrutamento e Seleção de candidatos. A partir da captação eletrônica de currículos, podemos utilizar a rede como forma de agilizar os processos de recrutamento, não dependendo exclusivamente de currículos impressos ou enviados via e-mail.

Outro ponto importante a ser mencionado é que o candidato que se cadastrar no Currículo WEB, passará pelo cadastro do seu currículo apenas uma única vez, pois posteriormente, caso seja necessário, só precisará fazer rápidas atualizações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Líquida

A receita líquida em 2011 foi de R\$ 1.980,5 milhões, superior em 10,1% à obtida no ano anterior. Este crescimento é em grande parte explicado pelo aumento anual da ROL da CEMAR, de 8,9%.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados (excluindo despesas de depreciação e amortização, e desconsiderando Custos de Construção) foram de R\$1.614,7 milhões em 2011, sendo 15,3% maiores quando comparados a 2010. A maior parcela deste valor está nos custos e despesas não gerenciáveis (compra e transporte de energia, e encargos setoriais), que registraram o total de R\$1.088,7 milhões e crescimento de 15,0%, enquanto que os custos e despesas gerenciáveis somaram R\$1.519,4 milhões.

EBITDA

O EBITDA de 2011 atingiu R\$503,6 milhões, apresentando margem sobre a ROL de 25,4%. Se ajustarmos para alguns efeitos não-recorrentes (para maiores detalhes, vide Comentário do Desempenho), este teria sido de R\$506,0 milhões, com redução de 3,7% sobre o ano anterior.

Resultado Financeiro

Em 2011, o resultado financeiro consolidado foi uma despesa R\$53,4 milhões, um valor 16,5% menor que o verificado em 2010, de R\$64,0 milhões.

Lucro Líquido

Em 2011, o lucro líquido da Equatorial foi de R\$159,8 milhões, 8,4% inferior ao registrado no ano anterior. O lucro líquido de 2011 representou R\$1,46 por ação da Equatorial, versus os R\$1,61 distribuídos em 2010.

Endividamento

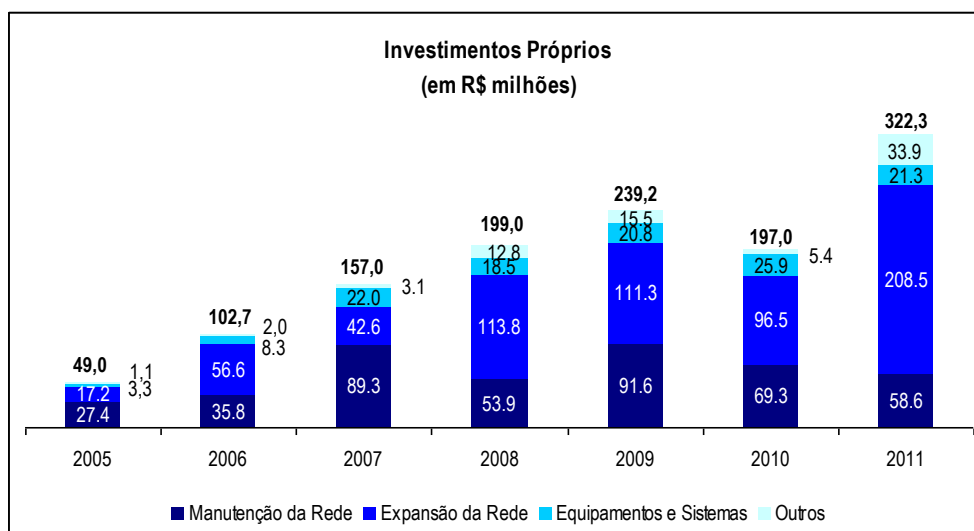
No final do ano, o endividamento bruto consolidado, incluindo os encargos, atingiu R\$1.385,2 milhões. Excluindo as disponibilidades das companhias, assim como os ativos regulatórios da CEMAR, o endividamento líquido consolidado da Equatorial era de R\$1.005,1 milhões. O custo médio da dívida no ano foi de 9,4%, da qual mais de 99,4% é denominada em moeda nacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10. Investimentos

i) CEMAR - Investimentos Próprios

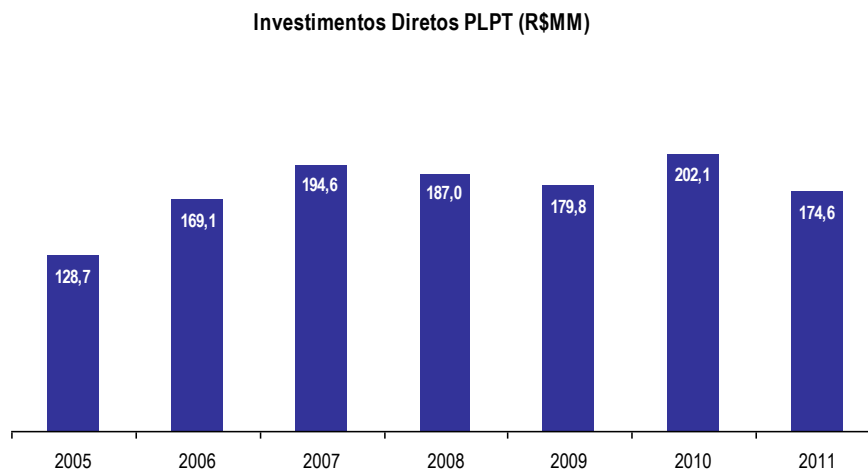
Em 2011, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 322,3 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia.



ii) CEMAR - Investimentos no Programa Luz Para Todos

Ao final de 2011, foi alcançada a marca de 301 mil consumidores ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR por meio do Programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente mais de 1,5 milhão de habitantes.

O investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais, serviços de terceiros e frete de materiais foi de R\$ 174,6 milhões, sendo que o investimento acumulado desde o início do programa totaliza R\$ 1.235,9 milhões.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perspectivas

Nos últimos anos, o mercado consumidor da CEMAR tem apresentado taxas de crescimento elevadas. No período 2009-2011, o mercado cresceu a uma taxa média de 10,7%, valor superior à média do Brasil (3,6%) e da Região Nordeste (0,8%). Vale notar que mesmo no período anterior (2005-2008), as taxas já eram elevadas, mas os valores realizados no triênio 2009-2011 representam um novo patamar.

Dentre os fatores que explicam este crescimento, vale destacar: (i) a eclosão de uma demanda reprimida que pode ser atendida com o fortalecimento do sistema elétrico; (ii) o Programa Luz Para Todos (PLPT): o quarto maior do Brasil, já possibilitou acesso a rede elétrica a mais de 300.000 domicílios; e (iii) aquecimento dos setores de construção civil, comercial e serviços.

Para o futuro próximo há expectativa de manutenção de taxas de crescimento elevadas, em grande parte devido à implantação de grandes projetos industriais no Estado. Para essa nova década, o Governo do Maranhão estima que os investimentos alcançarão cerca de R\$ 100 bilhões. Dentre os grandes projetos, merecem destaque a refinaria Premium da Petrobrás, a fábrica de papel e celulose da Suzano, a exploração de gás no interior do estado pela OGX, além de projetos de mineração, e outros.

De forma a fazer frente ao crescimento de seu mercado, a CEMAR tem realizado pesados investimentos na melhoria e expansão de seu sistema. Alguns dos principais estrangulamentos do sistema estão sendo tratados a partir da construção de linhas de subtransmissão e do aumento da capacidade instalada. Além disso, o suprimento da rede básica ao Maranhão foi colocado em evidência, o que gerou ações concretas como ampliação dos pontos de suprimento existentes e construção de três novos pontos nas regiões norte, sul e noroeste do Estado.

Diante forte crescimento do triênio 2009-2011 e da expectativa para os próximos anos foi necessário planejar um Programa de Obras, para o biênio 2011/2012, com vistas a acompanhar e suportar todo o desenvolvimento previsto para o Estado do Maranhão, inclusive com a antecipação de grandes obras, cujo resultado será o aumento da capacidade instalada do sistema e a melhoria da qualidade da energia distribuída.

Em resumo, o Plano de Obras inclui: (i) mais de 600 km de linhas de subtransmissão; (ii) implantação e ampliação de mais de 20 subestações; (iii) construção de mais de 40 novos alimentadores; (iv) construção de mais de 650 km de redes de média tensão, e; (v) construção de praticamente 600 km de redes de baixa tensão.

Em síntese, a CEMAR está sempre preocupada com o atendimento satisfatório a todos os clientes da sua área de concessão. Neste sentido, a empresa tem envidado esforços e investimentos em projetos para expansão, melhoria e renovação dos ativos elétricos necessários para fomentar o desenvolvimento do estado, beneficiando a população maranhense.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11. Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), a Equatorial é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Manutenção de dois membros independentes no Conselho de Administração (total de sete integrantes);
- 46,3% do capital total como *free float*, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a Bovespa, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Carlos Augusto Leone Piani	Presidente do Conselho
Gilberto Sayão da Silva	Vice-Presidente do Conselho
Alessandro Monteiro Morgado Horta	Conselheiro
Alexandre Gonçalves da Silva	Conselheiro Independente
Celso Fernandez Quintella	Conselheiro Independente
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Conselheiro
Paulo Jerônimo de Mello Bandeira Pedrosa	Conselheiro

Diretoria Executiva

Nome	Cargo
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Diretor-Presidente
Eduardo Haiama	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Ana Marta Horta Veloso	Diretora
Tinn Freire Amado	Diretor

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com Auditores Externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Ana Marta Horta Veloso e Tinn Freire Amado, diretores sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 15 de fevereiro de 2012 pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Balanco Social Anual 2011 (não auditado)**Empresa: CEMAR**

1 - Base de Cálculo	2010 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	1.354.153			1.416.517		
Resultado operacional (RO)	332.871			302.426		
Folha de pagamento bruta (FPB)	47.622			45.640		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.000	14,70%	0,52%	7.287	15,97%	0,51%
Encargos sociais compulsórios	15.613	32,79%	1,15%	18.065	39,58%	1,28%
Previdência privada	1.805	3,79%	0,13%	1.994	4,37%	0,14%
Saúde	3.400	7,14%	0,25%	4.101	8,99%	0,29%
Segurança e saúde no trabalho	452	0,95%	0,03%	506	1,11%	0,04%
Educação	244	0,51%	0,02%	291	0,64%	0,02%
Cultura	19	0,04%	0,00%	39	0,09%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.067	2,24%	0,08%	834	1,83%	0,06%
Creches ou auxílio-creche	94	0,20%	0,01%	99	0,22%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	9.434	19,81%	0,70%	10.463	22,93%	0,74%
Outros	1.335	2,80%	0,10%	1.612	3,53%	0,11%
Total - Indicadores sociais internos	40.462	84,96%	2,99%	45.290	99,23%	3,20%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	308	0,09%	0,02%	371	0,12%	0,03%
Cultura	374	0,11%	0,03%	441	0,15%	0,03%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	16	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	62.374	18,74%	4,61%	24.752	8,18%	1,75%
Total das contribuições para a sociedade	63.072	18,95%	4,66%	25.564	8,45%	1,80%
Tributos (excluídos encargos sociais)	518.194	155,67%	38,27%	548.030	181,21%	38,69%
Total - Indicadores sociais externos	581.266	174,62%	42,92%	573.594	189,66%	40,49%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	32.208	9,68%	2,38%	36	0,01%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	7.570	2,50%	0,53%
Total dos investimentos em meio ambiente	32.208	9,68%	2,38%	7.606	2,52%	0,54%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010			2011		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.254			1.178		
Nº de admissões durante o período	117			113		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	5.089			5.727		
Nº de estagiários(as)	49			44		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	241			237		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	353			343		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,70%			22,97%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	108			93		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,70%			4,73%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	66			39		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010			2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20 Vezes			21 Vezes		
Número total de acidentes de trabalho	5			9		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 5.054	no Procon 974	na Justiça 13817	na empresa 157.687 *	no Procon 1.306	na Justiça 15.162
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100,0%	na Justiça 41 %	na empresa 96%	no Procon 99%	na Justiça 88 %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 1.053.642			Em 2011: 1.070.861		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	55% governo 19% acionistas	7% colaboradores(as) 11% terceiros	7% retido	61% governo 9% acionistas	7% colaboradores(as) 9% terceiros	14% retido
7 - Outras Informações						

* Em exigência regulatória por meio da Resolução Normativa nº 373/2009 a partir de 2011 passamos a considerar o número total de reclamações e críticas de consumidores na empresa recebidas por todos os canais de atendimento da CEMAR, não somente os dados da Ouvidoria (2010).

Notas Explicativas

1 Informações sobre a Companhia

A Equatorial Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial" ou "Controladora"), com sede em São Luís no Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na BM&FBOVESPA sob o ticker "EQL3" e desde 2008 participa do Novo Mercado.

A Companhia é controlada pela PCP Latin America Power S/A.

Em 29 de abril de 2010 ("AGO/E"), foi efetivada a cisão parcial da Companhia ("Cisão Parcial"), mediante versão da parcela de seu patrimônio líquido correspondente à participação da Companhia no capital social da RME – Rio Minas Energia Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado para uma nova sociedade anônima de capital fechado denominada Redentor Energia S.A. ("Redentor") constituída especificamente para este fim no momento da Cisão Parcial.

A Cisão Parcial teve como objetivo o cumprimento das avenças pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), celebrado em 30 de dezembro de 2009 pelo Fundo de Investimento em Participações PCP ("FIP PCP"), controlador indireto da Companhia, e pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), tendo a Companhia como parte interveniente.

A Cisão Parcial foi realizada a fim de aprovar a segregação da participação detida pela Companhia na RME e, conseqüentemente, o investimento detido pela RME na Light, dos demais ativos da Companhia, quais sejam suas participações na Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, na Equatorial Soluções S.A. e na Geradora de Energia do Norte S.A.

2 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
CEMAR	a.	65,11%	65,11%
Geradora de Energia do Norte	b.	25,00%	25,00%
Equatorial Soluções	c.	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2 Entidades controladas e controladas em conjunto--Continuação

- a. Companhia Energética do Maranhão (“CEMAR”):** Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é no Estado do Maranhão, atendendo, em 31 de dezembro de 2011 a mais de 1,9 milhão de clientes e cobrindo uma área superior a 333 mil Km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060, celebrado entre a Companhia, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.
- b. Geradora de Energia do Norte S.A:** Já em operação, é a sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Companhia. O consórcio que detém o controle da Companhia é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle dessa Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas. Esta controlada em conjunto é consolidada proporcionalmente nestas demonstrações financeiras.
- c. Equatorial Soluções S.A.:** A Equatorial Soluções é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros.

As controladas CEMAR e Equatorial Soluções, bem como a controlada em conjunto Geradora de Energia do Norte, serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como “Controladas”, quando mencionadas em conjunto.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2 Entidades controladas e controladas em conjunto--Continuação

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

Não há divergência entre o lucro líquido do exercício da controladora e do consolidado, e o lucro líquido do exercício corresponde ao total dos resultados abrangentes.

3 Refazimento das demonstrações financeiras

a. Refazimento em 27 de novembro de 2012

A Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, de acordo com as orientações do CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificação de Erros.

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a reapresentação se deve principalmente à reclassificação de certas aplicações financeiras, anteriormente classificadas como equivalentes de caixa, para investimentos de curto prazo, no montante de R\$9.373 e R\$205.745 controladora e consolidado respectivamente, e para incluir determinadas divulgações adicionais em suas notas explicativas. Os tipos de aplicação financeira utilizados pela Companhia a partir do último trimestre de 2011 ensejaram a reapresentação das DFs. Os efeitos dessa reclassificação nos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	Conforme originalmente apresentado	Reapresentado	Conforme originalmente apresentado	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(5.314)	(9.529)	352.643	311.561
Fluxo de caixa das atividades de investimento	130.555	125.397	(278.634)	(443.297)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(196.557)	(196.557)	(175.686)	(175.686)
Fluxo de caixa líquido utilizado no exercício	71.316	(80.689)	(101.677)	(307.422)

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

Além disso, para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a reapresentação deveu-se também a ajustes identificados na Demonstração dos fluxos de caixa relacionados à classificação da amortização de principal e juros dos empréstimos e financiamentos e dividendos recebidos. O sumário dos ajustes efetuados está apresentado a seguir:

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
	Conforme originalmente apresentado	Reapresentado	Conforme originalmente apresentado	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(5.441)	(5.441)	391.005	257.404
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	(201.283)	(201.283)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	7.370	7.370	(80.152)	53.449
Fluxo de caixa líquido utilizado no exercício	<u>1.929</u>	<u>1.929</u>	<u>109.570</u>	<u>109.570</u>

b. Refazimento em 24 de outubro de 2012

A Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 de acordo com as orientações do CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificação de Erros. Para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a reapresentação deveu-se principalmente a ajustes identificados na Demonstração dos fluxos de caixa relacionados à classificação dos dividendos pagos no fluxo de caixa das atividades operacionais, classificação dos fluxos de caixa relacionados aos ativos financeiros classificados como atividades de investimentos. O sumário dos ajustes efetuados está apresentado a seguir:

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
	conforme originalmente apresentado	Reapresentado	conforme originalmente apresentado	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(6.220)	(5.314)	410.271	352.643
Fluxo de caixa das atividades de investimento	131.460	130.555	(327.479)	(278.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(196.556)	(196.557)	(184.468)	(175.686)
Fluxo de caixa líquido utilizado no exercício	<u>(71.316)</u>	<u>(71.316)</u>	<u>(101.677)</u>	<u>(101.677)</u>

As diferenças entre linhas da demonstração de fluxos de caixa se referem basicamente a :

(i) à eliminação de dividendos pagos, cuja contrapartida foi no fluxo de caixa das atividades de financiamento que estavam refletindo dividendos a pagar que não envolvem caixa.

(ii) A amortização das obrigações vinculadas líquidas, assim como as adições ao ativo financeiro da concessão, que foram reclassificadas do fluxo de caixa das atividades de investimento para os fluxos de caixa das atividades operacionais.

Adicionalmente foram realizadas algumas reclassificações na demonstração do resultado e no balanço patrimonial, as quais não estão sendo detalhadas devido à sua imaterialidade.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3 Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram reapresentadas, em decorrência de correções efetuadas nas demonstrações de fluxos de caixa nas atividades de financiamento por conta da eliminação da operação da cisão parcial da RME apresentada anteriormente como Integralização de Capital no montante de R\$ 359.165 e pela eliminação do valor proposto como dividendos adicionais no montante de R\$155.168 ambas contra a variação nos ativos e passivos e da correção do Caixa no início do exercício de 2010 e no final do exercício de 2009 no montante de R\$ 440.507. As correções efetuadas em 2010, quando aplicável, foram aplicadas para os períodos em 31 de dezembro e em 1º de janeiro de 2009 a fim de atender a característica qualitativa das demonstrações financeiras de comparabilidade das informações. Adicionalmente, foram efetuadas reclassificações nas demonstrações de fluxos de caixa em cada exercício visando melhor apresentar as movimentações de caixa sem qualquer efeito de reclassificações decorrentes da adoção inicial dos CPCs vigentes a partir de 1º de janeiro de 2010 dentre outras.

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas:

3 Refazimento das demonstrações financeiras--Continuação

	Saldo originalmente apresentado				Ajuste e reclassificações				Saldo reapresentado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Atividades operacionais												
Lucro líquido do período	188.872	208.991	188.872	207.283	(1)	13.609	(1)	15.317	188.871	222.600	188.871	222.600
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	(a) (175.452)	(208.062)	208.677	584.584	(13.755)	(13.660)	57.880	(460.515) (b)	(189.207)	(221.722)	266.557	124.069
	13.420	929	397.549	791.867	(13.756)	(51)	57.879	(445.198)	(336)	878	455.428	346.669
Variações nos ativos e passivos	(c) / (d) 22.213	121.052	(664.800)	(127.425)	(33.904)	(81.047)	580.671	193.196	(11.691)	40.005	(84.129)	65.771
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	35.633	121.981	(267.251)	664.442	(47.660)	(81.098)	638.550	(252.002)	(12.027)	40.883	371.299	412.440
Atividades de investimento	(d) 356.140	50.163	1.137.359	(486.476)	(310.874)	41.066	(1.433.630)	355.450	45.266	91.229	(296.271)	(131.026)
Atividades de financiamento	(c) (389.844)	(280.601)	(968.003)	(144.644)	358.534	40.032	1.002.545	(310.918)	(31.310)	(240.569)	34.542	(455.562)
Disponibilidades geradas (aplicadas) no período	1.929	(108.457)	(97.895)	33.322	-	-	207.465	(207.470)	1.929	(108.457)	109.570	(174.148)
Demonstração do aumento nas disponibilidades												
Caixa no início do exercício	78.801	187.258	647.977	614.655	-	-	(207.470)	-	78.801	187.258	440.507	614.655
Caixa no final do exercício	80.730	78.801	550.082	647.977	-	-	(5)	(207.470)	80.730	78.801	550.077	440.507
Aumento (redução) nas disponibilidades	(e) 1.929	(108.457)	(97.895)	33.322	-	-	207.465	(207.470)	1.929	(108.457)	109.570	(174.148)

Comentários:

- (a) Diferença da equivalência patromial de R\$ 8.079 e a reclassificação da baixa do deságio como redução do investimento, anteriormente apresentada como amortização de ágio de R\$ 6.301
- (b) Reclassificação das variações monetárias ativas e passivas para a atividade de financiamento em decorrência das variações cambiais estarem vinculadas a dívidas indexadas ao Tesouro Nacional em US
- (c) Reclassificações para a atividade de financiamento da Operação descontinuada decorrente da Cisão Parcial da RME no montante de R\$ 359.166 em 2010, do pagamento de dividendos adicionais e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 155.168 em 2010 e reclassificação para a variação dos ativos e passivos dos empréstimos e financiamentos obtidos em 2009
- (d) Eliminação da reclassificação do Imobilizado para o Intangível em decorrência da adoção do IFRIC 12 / ICPC 01 e OCPC 05
- (e) Correção dos saldos contábeis de caixa e equivalentes de caixa para fins de aplicação do IAS 12/ CPC 03 no saldo final do exercício de 2009 e inicial de 20010

Notas Explicativas

4 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de novembro de 2012.

a. Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

4 Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação

- **Controladas**

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia;

4 Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação--Continuação

As entidades controladas são Companhia Energética do Maranhão e Equatorial Soluções S.A.

- ***Participação em Joint Ventures***

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Companhia mantém participação em *joint venture*, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle de várias atividades da Companhia. A Companhia reconhece sua participação na *joint venture* utilizando a consolidação proporcional à sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da *joint venture*, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da *joint venture* são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas demonstrações consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Companhia nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e sua *joint venture*. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. A *joint venture* é proporcionalmente consolidada até a data em que a Companhia deixe de exercer controle conjunto.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Companhia passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga *joint venture* e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da *joint venture*. Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em um coligada, conforme descrito anteriormente.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação--Continuação

A entidade controlada em conjunto é a Geradora de Energia do Norte S.A.

- ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações entre grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

- ***Demonstrações financeiras individuais***

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Equatorial Energia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ao valor justo.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

c. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

d. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

d. Impostos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

e. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

f. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes (consumidores), ativo financeiro de concessão, depósitos judiciais e outras contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures..

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

g. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelos contas a receber de parcelamentos no ativo não circulante, conforme nota 7.

h. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

i. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do período, contabilizados com base no regime de competência (nota 7).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de suas contas a receber (nota 7a).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excede o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

j. Ativo financeiro da concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a CEMAR(Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela CEMAR, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

j. Ativo financeiro da concessão--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, Nota nº12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

k. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao seu valor recuperável.

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

5 Políticas contábeis--Continuação

I. Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, utilizando as taxas descritas na Nota 14.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis--Continuação

m. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

n. Benefícios a empregados

• Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições ao planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis—Continuação

n. Benefícios a empregados--Continuação

- **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos no final do período-base anterior ultrapassem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior. Esses ganhos e perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis—Continuação

o. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

p. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis—Continuação

q. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

r. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis—Continuação

s. Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010, o IASB emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

IFRS 3 Combinações de Negócios: As opções de mensuração disponíveis para participação minoritária (NCI) receberam emendas. Somente os itens de NCI que constituem 100% de participação corrente que outorgam ao acionista uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de dissolução da sociedade deverão ser mensurados por seu valor justo ou pela parcela proporcional dos instrumentos de participação dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Todos os outros itens devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição. Não houve combinação de negócios realizado pela Companhia.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva. A Companhia reflete as requisições de divulgação revisadas na Nota nº 31.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas, o que não é aplicável no Brasil. A Companhia apresenta tal análise em peça separada do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis—Continuação

t. Pronunciamentos do IFRS ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012. A companhia não espera impactos significativos.

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma não possui impacto na Companhia.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis—Continuação

t. Pronunciamentos do IFRS ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2011-- Continuação

Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

• IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - O IFRS 10 substitui o SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4 Políticas contábeis—Continuação

t. Pronunciamentos do IFRS ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2011-- Continuação

• IFRS 11 – Acordos Conjuntos

Esse IFRS substitui o IAS 31 - Investimento em Empreendimentos em Conjunto. O IFRS 11 requer que um participante de um empreendimento em conjunto determine o tipo de contrato no qual está envolvido através da avaliação de seus direitos e obrigações provenientes desse arranjo. O IFRS classifica os empreendimentos em conjunto em 2 tipos – operações em conjunto e ativos em conjunto. Em uma operação em conjunto as partes mantêm os direitos sobre os ativos e passivos relacionados com o contrato. Em um empreendimento em conjunto as partes têm direitos sobre o patrimônio líquido do empreendimento. A avaliação dos direitos e obrigações pelas partes no arranjo deverá levar em conta a estrutura e a forma legal do arranjo, os termos contratuais do arranjo e, se relevante, outros fatos e circunstâncias. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os impactos com relação à sua controlada em conjunto – Geradora de Energia do Norte S.A.

• IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo

O IFRS 13 define o valor justo como o preço que poderia ser recebido para vender um ativo ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação organizada entre participantes de mercado, em uma data de avaliação (i.e, um preço de saída). Esta definição de valor justo ressalta que o valor justo é baseado na avaliação do mercado e não em uma avaliação específica de uma entidade. Portanto, a intenção de uma entidade em manter o ativo ou liquidar ou honrar um passivo não é relevante na determinação do seu valor justo. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A companhia não espera impactos significativos.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativo e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos— Continuação

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, veja Nota nº 29.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Conforme descrito na nota 4l.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota 4k.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda incluía avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota 7a.

6 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	5	38	25.336	25.549
Equivalentes de caixa	36	80.692	217.319	524.528
Total	41	80.730	242.655	550.077

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 102,5% a 105,0% e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo-- Continuação

6.2. Investimentos de curto prazo:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos	9.373	-	200.889	-
Outros	-	-	4.856	-
Total	9.373	-	205.745	-

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em títulos públicos federais, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas Controladas.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		
Fornecimento faturado	273.471	264.873
Fornecimento não faturado	60.762	50.721
Parcelamento de débitos	134.094	107.061
	468.327	422.655
Baixa renda (1)	14.072	17.498
Viva a luz (1)	1.753	(80)
Comercialização no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	4.078	9.004
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica – PERCEE	126	122
Concessionárias	388	245
Serviços prestados	9.311	664
Outras	20.329	23.093
	50.057	50.546
	518.384	473.201
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45.757)	(45.831)
Total circulante	472.627	427.370
Não circulante		
Comercialização no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	8.010	8.010
Parcelamento de débitos	67.036	52.902
Parcelamento de débitos - Ajuste a Valor Presente (2)	(3.648)	(2.735)
Cheques não liquidados	2.220	3.638
	73.618	61.815
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.638)	(3.638)
	(3.638)	(3.638)
Total não circulante	69.980	58.177

(1) Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu artigo 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de baixa renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A controlada CEMAR apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido por essa Resolução.

Recentemente os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Ainda em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.

Lançado em novembro de 2009 o programa Viva Luz, criado pelo governo do Estado do Maranhão, tem como objetivo beneficiar os consumidores residenciais pertencentes à subclasse residencial baixa renda, que apresentem consumo mensal de até 50 kWh, através da isenção do pagamento de suas contas de luz, via repasse do governo à controlada CEMAR.

(2) Os parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, utilizando-se as taxas de juros (1% a.m.) que refletem a natureza desses ativos no que tange o prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada, quando aplicável, conforme CPC 12 – Ajuste a valor presente.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação**a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	31/12/2010	Provisões	Reversões	31/12/2011
		Adições	(Baixas)	
Fornecimento faturado				
Residencial	23.343	2.587	(4.367)	21.563
Industrial	864	3.116	(729)	3.251
Comercial, serviços e outras	2.802	674	(693)	2.783
Rural	466	424	(255)	635
	<u>27.475</u>	<u>6.801</u>	<u>(6.044)</u>	<u>28.232</u>
Poder público	925	3.172	(364)	3.733
Iluminação pública	71	680	(359)	392
Serviço público	488	298	(512)	274
	<u>1.484</u>	<u>4.150</u>	<u>(1.235)</u>	<u>4.399</u>
Parcelamento	6.054	3.474	(2.277)	7.251
Outros	8.207	6.993	(8.631)	6.569
	<u>14.261</u>	<u>10.467</u>	<u>(10.908)</u>	<u>13.820</u>
Subtotal - Consumidores	<u>43.220</u>	<u>21.418</u>	<u>(18.187)</u>	<u>46.451</u>
 Câmara de Comercialização de Energia				
Elétrica – CCEE	197	-	-	197
Cheques em cobrança	5.524	153	(3.458)	2.219
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
	<u>6.249</u>	<u>153</u>	<u>(3.458)</u>	<u>2.944</u>
Total	49.469	21.571	(21.645)	49.395
Ativo Circulante	<u>(45.831)</u>	<u>21.571</u>	<u>(21.645)</u>	<u>(45.757)</u>
Ativo Não Circulante	<u>(3.638)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.638)</u>

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

	31/12/2009	Provisões Adições	Reversões Baixas	31/12/2010
Fornecimento faturado				
Residencial	13.122	24.648	(14.427)	23.343
Industrial	1061	3.711	(3.908)	864
Comercial, serviços e outras	2.401	2.795	(2.394)	2.802
Rural	472	290	(296)	466
	<u>17.056</u>	<u>31.444</u>	<u>(21.025)</u>	<u>27.475</u>
Poder público	945	476	(496)	925
Iluminação pública	1274	1.371	(2.574)	71
Serviço público	<u>172</u>	<u>911</u>	<u>(595)</u>	<u>488</u>
	<u>2.391</u>	<u>2.758</u>	<u>(3.665)</u>	<u>1.484</u>
Parcelamento	6.759	3.626	(4.331)	6.054
Outros	<u>16.827</u>	<u>2.686</u>	<u>(11.306)</u>	<u>8.207</u>
	<u>23.586</u>	<u>6.312</u>	<u>(15.637)</u>	<u>14.261</u>
Subtotal - Consumidores	<u>43.033</u>	<u>40.514</u>	<u>(40.327)</u>	<u>43.220</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	197			197
Cheques em cobrança	4.993	554	(23)	5.524
Serviços prestados a terceiros	<u>528</u>			<u>528</u>
	<u>5.718</u>	<u>554</u>	<u>(23)</u>	<u>6.249</u>
Total	<u>48.751</u>	<u>41.068</u>	<u>(40.350)</u>	<u>49.469</u>
Ativo circulante	45.113	41.068	(40.350)	45.831
Ativo não circulante	3.638	-	-	3.638

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir, resumidos:

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação**Clientes com débitos relevantes**

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos, aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

31/12/2011				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	64.493	67.753	14.153	146.399
Industrial	11.940	3.756	5.592	21.288
Comercial	32.505	13.669	4.652	50.826
Rural	4.402	2.959	2.524	9.885
Poder público	9.781	8.042	2.946	20.769
Iluminação pública	6.155	1.045	791	7.991
Serviço público	7.883	5.387	3.043	16.313
Fornecimento faturado e parcelamentos (circulante e não circulante)	137.159	102.611	33.701	273.471

31/12/2010				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	50.233	59.447	16.353	126.033
Industrial	14.282	5.662	3.779	23.723
Comercial	27.790	13.626	5.094	46.510
Rural	4.107	3.150	2.869	10.126
Poder público	10.094	10.885	4.392	25.371
Iluminação pública	5.589	1.988	2.154	9.731
Serviço público	8.095	12.861	2.423	23.379
Fornecimento faturado e parcelamento(circulante e não circulante)	120.190	107.619	37.064	264.873

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8 Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

Impostos e contribuições a recuperar

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PIS/COFINS	-	-	176	2
ICMS (1)	-	-	36.609	36.811
Encargos Sociais e Outros	-	-	796	-
IRPJ/CSLL a Restituir	-	10	-	1.783
IRRF	-	1.972	-	6.763
IR s/ aplicação financeira	-	-	-	-
Outros	-	-	1.013	5.237
	<u>-</u>	<u>1.982</u>	<u>38.594</u>	<u>50.596</u>
Não Circulante				
ICMS	-	-	30.739	39.787
IR s/ aplicação financeira	-	2.284	-	2.284
Outros	-	159	582	742
	<u>-</u>	<u>2.443</u>	<u>40.321</u>	<u>42.813</u>

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

8 Impostos a recuperar--Continuação**Impostos sobre o lucro**

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IRRF s/ aplicação financeira	-	-	10.732	-
Antecipação de IRPJ / CSLL	-	728	-	728
IRPJ/CSLL a Restituir	840	-	5.288	-
IRRF	3.407	-	14.214	-
	4.247	728	30.234	728
Não Circulante				
IRPJ e CSLL restituir	7.169	8.170	7.169	8.170
IR s/ aplicação financeira	2.284	-	2.284	-
	9.453	8.170	9.453	8.170

- (1) A controlada CEMAR possui créditos de ICMS baseados na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, segundo a qual vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens classificados no ativo intangível em atendimento ao ICPC 01 – Contratos de concessão.

9 Impostos de renda e contribuição social diferidos

A controlada CEMAR reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e, imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação**a. Composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos**

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
IRPJ prejuízos fiscais – Controlada CEMAR	171.496	217.518
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	(95.585)	(69.491)
Total	75.911	148.027

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Contingências	17.588	19.382
PCLD	19.656	19.173
Tributos com exigibilidade suspensa	43.021	33.118
Ativos/passivos regulatórios	4.724	2.266
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(3.993)	13.375
Depreciação acelerada	(187.952)	(179.589)
Outras despesas não dedutíveis	11.371	22.784
	(95.585)	(69.491)

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação**a. Composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação**

A movimentação está conforme abaixo:

IRPJ prejuízos fiscais

IRPJ prejuízos fiscais em 01/01/2010	218.941
Compensação Débitos REFIS	-
Compensação IRPJ	(1.423)
IRPJ prejuízos fiscais em 31/12/2010	217.518
Compensação Débitos REFIS (Nota 18)	(41.424)
Compensação IRPJ	(4.598)
IRPJ prejuízos fiscais em 31/12/2011	171.496

b. Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de Realização	2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2020	Total
Impostos Diferidos	13.637	13.884	18.827	18.992	25.245	80.911	171.496

A Controlada CEMAR possui os benefícios de depreciação acelerada até 2013, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2016.

O estudo técnico de viabilidade foi elaborado pela Controlada CEMAR, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração daquela controlada em 15 de fevereiro de 2012.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9 Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação**c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:**

As conciliações da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais sobre o resultado da controladora e do consolidado, da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	160.018	189.365	304.003	344.302
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
IR e CS às alíquotas pela legislação vigente	(54.406)	(64.384)	(103.361)	(117.063)
Exclusão sobre as adições e exclusões	(1.957)	(2.798)	(1.469)	2.778
Exclusão sobre equivalência patrimonial	56.363	66.688	-	-
Outros	(22)	-	(418)	200
Incentivos fiscais:				
Incentivos fiscais SUDENE	-	-	47.978	43.207
Incentivo fiscal PAT	-	-	1.092	795
Incentivos fiscais de anos anteriores	-	-	(1.656)	11.879
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(22)	(494)	(57.834)	(58.204)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(22)	(444)	(26.979)	(39.359)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(50)	(30.855)	(18.845)
Taxa efetiva	0,01%	0,26%	19,02%	16,90%

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Controladora com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2011			31/12/2010		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
ELETROBRÁS	(a)	Empréstimos	-	468.194	25.167	-	409.357	33.053
		Dividendos	-	31.394	-	-	18.577	-
FASCEMAR	(b)	Contrato de Dívida	-	20.956	2.922	-	24.071	3.269
		Previdência Privada	-	-	1.983	-	-	1.895
CEMAR	(c)	Contrato de compartilhamento	-	39	-	-	83	-
		Dividendos	30.463	-	-	-	36.052	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	-	818	-	-	699
		Dividendos	2.043	-	-	-	-	-
LIGHT	(f)	Compra de energia	-	-	-	-	-	-
		Uso de rede e dividendos	-	-	-	-	1.383	-
EQUATORIAL SOLUÇÕES	(e)	Contrato de compartilhamento	-	702	-	27	-	-
		Dividendos	407	-	-	-	-	-

(a) Eletrobras – Companhia de capital aberto que tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica. A Eletrobrás é acionista da controlada CEMAR. Os valores com a ELETROBRÁS são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a ELETROBRÁS são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil, nota 16.

(b) FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária. Os valores com a FASCEMAR são provenientes de dívida e das contribuições da patrocinadora controlada CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar - FASCEMAR. Os contratos de empréstimos relacionados na nota 16 e as condições do plano de previdência da controlada CEMAR com a FASCEMAR estão descritas na nota 29.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Partes relacionadas--Continuação

- (c) Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), empresa de economia privada de capital aberto, é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica. Os valores entre a controlada CEMAR e a Companhia são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber.
- (d) GERAMAR – Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termelétricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão. Os valores com Geradora de Energia do Norte S.A. ("GERAMAR") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N com vigência até 2024 com a controlada CEMAR, que é pactuado em condições normais de mercado.
- (e) Equatorial Soluções – Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados. Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas com a controlada CEMAR, com prazo de duração indeterminado.
- (f) Os valores com a Light Serviços de Eletricidade S.A são provenientes dos contratos de compra de energia elétrica com a CEMAR, que são pactuados em condições normais de mercado, com vigência: produto CCEAR 2005 nº320-2004 até 2012 e produto CCEAR 2006 nº705-2004 e 21767 até 2013.

Remuneração dos Administradores

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia foi fixada em R\$9.000, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2011:

Conselho de Administração

Remuneração fixa:	20%
Remuneração variável:	0%

Diretoria

Remuneração fixa:	26%
Remuneração variável:	54%

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela companhia no exercício:

2011	EQUATORIAL		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	7	4	11
Remuneração Fixa Anual	840	1.118	1.958
Salário ou Pró-labore	840	1.077	1.917
Benefícios diretos e indiretos	-	41	41
Remuneração variável	-	2.002	2.002
Bônus	-	2.002	2.002
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Remuneração baseada em ações	20	266	286
Valor total da remuneração por órgão	860	3.386	4.246

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

10 Partes relacionadas--Continuação**Garantias**

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora da controlada CEMAR, sem ônus, nos contratos de financiamentos abaixo listados:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	31/12/2011
3ª Emissão Pública de Debêntures	267.300	100	01/03/2007	01/03/2013	267.300	221.970
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	762
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/08/2010	15/04/2020	14.379	14.511
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (106607040004100)	28.481	100	10/04/2007	15/02/2012	28.495	1.308
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10/473589-0)	79.663	100	11/03/2008	15/07/2013	79.751	31.977
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES(10.2.1736.1)	100.000	100	22/12/2010	15/12/2013	100.000	111.358
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES(11.2.0841.1)	193.023	100	11/11/2011	15/11/2021	174.252	174.910
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	79.473
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2007.4165.2386)	9.652	100	06/12/2007	06/12/2012	9.652	2.429
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	147.104
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	2.637	100	13/06/2006	30/06/2013	2.637	849
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	11.519	100	07/11/2011	15/03/2020	4.527	4.541
International Finance Corporation – IFC *	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	98.636
Total	1.133.933				1.097.840	889.828

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e controlada em conjunto seguem abaixo:

Avaliados por equivalência patrimonial:	Controladas		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CEMAR	845.355	817.228	-	-
Geradora de Energia do Norte	55.113	48.519	-	-
Equatorial Soluções	6.046	740	-	-
Subtotal	906.514	866.487	-	-
Outros investimentos	-	-	272	221
Subtotal	-	-	272	221
Total	906.514	866.487	272	221

a. Informações sobre as companhias controladas

	CEMAR	Equatorial Soluções
Saldos em 31 de dezembro 2010		
Participação no capital (%)	65,11%	100,00%
Capital social	374.346	370
Patrimônio Líquido	908.052	740
Resultado do exercício	278.621	842
Saldos em 31 de dezembro 2011		
Participação no capital (%)	65,11%	100,00%
Capital social	465.531	4.398
Patrimônio Líquido	964.137	6.046
Resultado do exercício	247.502	1.712

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Investimentos--Continuação***b. Informações sobre a companhia controlada em conjunto - Geradora de Energia do Norte***

	31/12/2011	31/12/2010
Participação no capital (%)	25,00%	25,00%
Capital social	139.040	139.039
Patrimônio líquido	176.852	151.220
Resultado do exercício	44.836	22.932
Ativo circulante	66.885	54.347
Ativo não circulante	556.984	569.847
Passivo circulante	289.393	315.773
Passivo não circulante	157.624	157.201
Receita operacional líquida	153.820	145.540
Custo dos serviços	(32.308)	(39.360)
Despesas operacionais	(24.420)	(25.932)
Resultado financeiro líquido	(43.544)	(44.992)
Lucro antes dos impostos sobre os lucros	53.548	35.256
Imposto de renda e contribuição social	(8.328)	(11.964)

c. Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto:

	CEMAR	Geradora de Energia do Norte	Equatorial Soluções	Total
Saldos em 31 de dezembro 2010	817.228	48.519	740	866.487
Dividendos adicionais	(94.168)	(2.758)	-	(96.926)
Dividendos mínimos	(30.461)	(2.043)	(407)	(32.911)
Resultado da equivalência patrimonial	161.145	11.304	1.713	174.162
Investimento Solenergia	-	-	4.000	4.000
Amortização do direito de concessão (1)	(8.389)	-	-	(8.389)
Ajuste de avaliação patrimonial		91	-	91
Saldos em 31 de dezembro 2011	845.355	55.113	6.046	906.514

(1) O direito de concessão é referente à aquisição da CEMAR em 30 de junho de 2000. Corresponde ao benefício futuro adquirido com o direito de exploração da concessão, com vida útil definida. Sua amortização é efetuada com base na curva do lucro líquido projetado da concessionária para o prazo remanescente da concessão.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados pela controlada CEMAR e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes..

A indenização à controlada será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31/12/2011			31/12/2010		
	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	<u>220.994</u>	<u>(141.780)</u>	<u>79.214</u>	<u>153.440</u>	<u>(103.031)</u>	<u>50.409</u>
Total	<u>220.994</u>	<u>(141.780)</u>	<u>79.214</u>	<u>153.440</u>	<u>(103.031)</u>	<u>50.409</u>

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2010	Baixas	Capitalização	31/12/2011
Ativo financeiro	153.440	(486)	68.040	220.994
Obrigações especiais	(103.031)	-	(38.749)	(141.780)
Ativo financeiro	<u>50.409</u>	<u>(486)</u>	<u>29.291</u>	<u>79.214</u>

A concessão da controlada CEMAR não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	31/12/2011				31/12/2010			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor
Em serviço	4,00%	3.447.932	(1.066.758)	(807.132)	1.574.042	3.078.546	(939.293)	(598.618)	1.540.635
Em curso	0,00%	325.489	-	(109.488)	216.001	301.897	-	(235.951)	65.946
Total		3.773.421	(1.066.758)	(916.620)	1.790.043	3.380.443	(939.293)	(834.569)	1.606.581

O valor dos juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.560 (R\$ 2.941 em 31 de dezembro de 2010).

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão da controlada CEMAR amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13 Intangível (Consolidado)--Continuação**a. Movimentação do intangível**

	31/12/2010	31/12/2011			
		Adições	Baixas	Capitalização	Total
Em Serviço	3.078.559	2.816	(37.447)	404.003	3.447.932
(-) Amortização	(939.293)	(152.391)	24.927	-	(1.066.758)
Total em serviço	2.139.266	(149.575)	(12.520)	404.003	2.381.174
Em curso	301.884	495.648	-	(472.043)	325.489
	2.441.150	346.073	(12.520)	(68.040)	2.706.663
Obrigações especiais	(834.569)	(135.613)	-	53.562	(916.620)
	1.606.581	210.460	(12.520)	(14.478)	1.790.043

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Imobilizado

Os ativos são essencialmente relacionados à Geramar.

A composição dos saldos do imobilizado da Companhia está demonstrada a seguir:

	Taxas anuais de depreciação	2011		2010	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	45	-	45	45
Edificações	3%	12.943	(763)	12.180	12.025
Móveis e utensílios	10%	350	(8)	342	339
Máquinas e equipamentos	3%	132.030	(8.282)	123.748	125.513
Equipamentos de informática	20%	24	(8)	16	17
Imobilizado em andamento	-	1.418	-	1.418	4.306
		146.810	(9.061)	137.749	142.245

A movimentação da depreciação está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/10	Adições	Saldos em 31/12/11
Depreciação Acumulada			
Edificações	(345)	(418)	(763)
Móveis e utensílios	(4)	(5)	(9)
Máquinas e equipamentos	(3.953)	(4.327)	(8.280)
Equipamentos de informática	(4)	(5)	(9)
	(4.306)	(4.755)	(9.061)

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14 Imobilizado--Continuação***Provisão para redução ao valor recuperável de ativos***

Durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou a existência de indicadores de ativos que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante				
Suprimento de energia e encargos de conexão CEMAR	-	-	12.223	16.285
Energia livre - ressarcimento às geradoras(a)	-	-	-	234
Encargos de uso da rede elétrica controlada CEMAR (b)	-	151	18.427	58.829
Outros	<u>173</u>	<u>-</u>	<u>62.145</u>	<u>5.790</u>
	<u>173</u>	<u>151</u>	<u>92.795</u>	<u>81.138</u>
 Materiais e serviços	 -	 -	 96.408	 92.909
	<u>173</u>	<u>151</u>	<u>189.203</u>	<u>174.047</u>

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

15 Fornecedores--Continuação

a. Energia Livre - Ressarcimento às Geradoras

A ANEEL aprovou em reunião de Diretoria, de 15 de dezembro de 2009, a metodologia e os procedimentos para o cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita de geradores e distribuidores após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) nas tarifas de fornecimento. Entretanto, a Resolução nº 387, de 15 de dezembro de 2009, publicada em 12 de janeiro de 2010, concluiu o processo de cálculo dos saldos finais de Perda de Receita e de Energia Livre e definiu os valores de ressarcimento entre os agentes, calculados pelas empresas, que serão validados pela Agência.

b. Encargo de uso da rede elétrica controlada CEMAR

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema - ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, devido à interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	31/12/2011						
	Circulante			Não circulante			
	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Tesouro nacional (1)	635	-	635	7.631	-	7.631	8.266
	635	-	635	7.631	-	7.631	8.266
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás (2)	61.221	-	61.221	407.632	-	407.632	468.853
IFC (3)	25.914	(267)	25.647	72.722	(814)	71.908	97.555
BNB (4)	23.324	(274)	23.050	205.682	(1.297)	204.385	227.435
BNDES (5)	101.687	(3)	101.684	217.866	(2)	217.864	319.548
FINEP (6)	581	(5)	576	4.809	(2)	4.807	5.383
FINAME (7)	1.428	-	1.428	13.845	-	13.845	15.273
BTG Pactual	62.456	-	62.456	-	-	-	62.456
Banco do Brasil	50	-	50	50	-	50	100
	276.661	(549)	276.112	922.606	(2.115)	920.491	1.196.603
Total	277.296	(549)	276.747	930.237	(2.115)	928.122	1.204.869

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

	31/12/2010						
	Circulante			Não circulante			Total
	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal	
Moeda estrangeira							
Tesouro nacional (1)	747	-	747	7.273	-	7.273	8.020
	747	-	747	7.273	-	7.273	8.020
Moeda nacional							
Eletróbrás (2)	46.137	-	46.137	363.377	-	363.377	409.514
IFC (3)	26.594	(266)	26.328	93.500	(1.081)	92.419	118.747
BNB (4)	23.405	(268)	23.137	226.552	(1.571)	224.981	248.118
BNDES (5)	28.440	(3)	28.437	133.149	(4)	133.145	161.582
FINEP (6)	569	(5)	564	846	(6)	840	1.404
FINAME (7)	120	-	120	9.435	-	9.435	9.555
Banco ABC	7.019	-	7.019	-	-	-	7.019
ITAÚ	28.800	-	28.800	-	-	-	28.800
Votorantim	28.862	-	28.320	-	-	-	28.862
	189.946	(542)	189.404	826.859	(2.662)	824.197	1.013.601
Total	190.693	(542)	190.151	834.132	(2.662)	831.470	1.021.621

(*) Em atendimento a Deliberação nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 08, a Companhia apropriou os custos referentes à captação dos empréstimos a partir de 2008, no resultado em função de influência do prazo, com base no método do custo amortizado.

1 - Tesouro Nacional

Esta dívida está garantida por receitas da controlada CEMAR, provenientes do fornecimento de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva média dessa operação é de 4,45% ao ano (4,46% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

2 - Eletrobras:

Entre os contratos da controlada CEMAR com a Eletrobras destacam-se:

- i Os contratos ECF - 2034/00, ECF - 2033/00, ECF - 1510/97, ECF - 1639/97, ECF - 1645/97, ECF - 1960/99, ECF - 1907/99, ECF - 1908/99 e ECF - 1473/97, foram renegociados em 27 de abril de 2004, por meio da assinatura do contrato de Renegociação das Dívidas

Em 31 de dezembro de 2011 a taxa efetiva média dessa operação é de 9,38% ao ano (14,54% ao ano em 31 de dezembro de 2010).
- ii Contrato ECF-2522/2005 - Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva média dessa operação é de 7% ao ano.
- iii Contrato -ECF-2724/2008 Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva média dessa operação é de 7% ao ano.
- iv Contrato ECF-2890/2010 - Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva média dessa operação é de 7% ao ano.
- v Contrato ECF-2585/2006 - Em 31 de dezembro de 2011 a taxa efetiva dessa operação é de 6,5% ao ano.

Estes recursos são garantidos por vinculação de receitas da controlada CEMAR, e em alguns casos, por notas promissórias e se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema. Não existe cláusula prevendo a liquidação antecipada das parcelas de amortização a vencer.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

3 - IFC

Em 28 de fevereiro de 2008, a CEMAR finalizou a contratação do financiamento de R\$135.056 junto ao IFC – International Finance Corporation. O custo da operação foi fixado em 90,9% do CDI, incidindo o custo adicional de 1,5% ao ano a título de “Exposure Fee”. Os recursos são garantidos pela cessão fiduciária dos recebíveis da CEMAR e por fiança da Equatorial Energia S.A. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 12,04% ao ano (10,36% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

Neste contrato, a controlada CEMAR deverá apresentar alguns indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

- 1º Covenant: Quociente resultante da divisão da DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA pelo EBITDA dos últimos 12 meses, menor ou igual a 2,5 (dois e meio); e
- 2º Covenant: Quociente resultante da divisão do EBITDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS, maior ou igual a 1,5 (um e meio).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a controlada CEMAR atingiu os indicadores mencionados acima.

4 - Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

BNB I—Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano (8,5% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

BNB Nova Sede —Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 11,5% ao ano (11,5% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

BNB II - A taxa de juros do FNE é 8,50% ao ano, considerando o bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos juros. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano (8,5% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

Estes recursos são garantidos por carta de fiança bancária, aplicação financeira, vinculação de receitas da controlada CEMAR e aval da Equatorial Energia S.A.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

5 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

BNDES I - Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 10,80% ao ano (10,80% ao ano em 31 de dezembro de 2010)

Neste contrato, a controlada CEMAR deverá apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente, com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

- 1º Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 4,50; e
- 2º Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

BNDES II- , Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 9,60% ao ano (9,60% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

Conforme contrato, a CEMAR deverá apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

- 1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 2,50;
- 2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

BNDES PEC - Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 10,91% ao ano (10,91% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

BNDES Direto - O montante do financiamento é dividido em quatro sub-créditos:

- A- O valor contratado é de R\$70.626 e o custo deste financiamento é de TJLP + 2,21% ao ano. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,21% ao ano.
- B- O valor contratado é de R\$70.626 e o custo deste financiamento é de TJLP + 3,21% ao ano. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 9,21% ao ano.
- C- O valor contratado é de R\$50.772 e o custo deste financiamento é de 8,7% ao ano. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,7% ao ano.
- D- O valor contratado é de R\$1.000 e o custo deste financiamento é de TJLP ao ano.

Neste contrato, a controlada CEMAR deverá apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

- 1º Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 3,00;
- 2º Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,70.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a CEMAR atingiu os indicadores mencionados acima.

Estes recursos são garantidos por vinculação das receitas da controlada CEMAR no valor de até 5,35% de sua receita líquida e fiança prestada pela Equatorial Energia S.A.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

6 - FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)

FINEP - Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8% ao ano (8% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

FINEP II - Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 4% ao ano.

Estes recursos são garantidos por vinculação das receitas da controlada CEMAR e fiança prestada pela Equatorial Energia S.A.

7 - Agência Especial de Financiamento Industrial

FINAME Simplificado - Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 4,5% ao ano (4,5% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

FINAME Convencional - Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 4,5% ao ano. (4,5% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

Em dezembro de 2011 houve a cessão, por parte do Banco Votorantim, das cédulas de crédito nº 664740, nº 664761, nº 664824 e nº 664839 para o Banco do Brasil S.A, não havendo alteração em suas características contratuais.

Estes recursos são garantidos por alienação fiduciária e garantia de fiança da Controladora Equatorial Energia S.A.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação**a. Escalonamento das parcelas de empréstimos e financiamentos vencíveis, não circulante**

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos e financiamentos no longo prazo representam o montante de R\$928.122 (R\$ 831.470 em 31 de dezembro de 2010) e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2011	31/12/2010
	Valor	Valor
Circulante	276.747	190.151
2012	-	169.752
2013	217.858	172.122
2014	165.057	106.283
2015	146.916	104.353
2016	95.928	71.766
Após 2016	304.478	207.194
Total	930.237	831.470
Custo de Captação (Não circulante)	(2.115)	-
Não Circulante	928.122	831.470
Total	1.204.869	1.021.621

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação***b. Composição por índice, moeda e taxa (não inclui custos com captação a apropriar)***

Indexador	US\$	R\$ mil	% de participação
Moeda estrangeira			
Pré-Fixado (USD)	2.739	5.138	0,43%
Libor semestral	1.667	3.127	0,26%
Total em 2011	4.406	8.265	0,69%
Total em 2010	4.813	8.020	0,78%

Indexador	R\$ mil	% de participação
IGP-M	162.281	13,44%
FINEL	35.435	2,93%
Pré-fixado - RGR	271.137	22,45%
CDI	161.193	13,35%
Pré-fixado: FNE	229.006	18,96%
TJLP	287.204	23,78%
Pré-fixado: (FINAME)	15.273	1,26%
Pré-fixado: (BNDES)	33.198	2,75%
Pré-fixado: (FINEP)	4.541	0,39%
2011	1.199.268	99,31%
Total 2011	1.207.533	100,00%
2010	1.016.805	99,22%
Total 2010	1.024.825	100,00%

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação**c. A movimentação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:**

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	189.404	824.197	747	7.273	1.021.621
Ingressos	98.316	285.219	-	-	383.535
Encargos	76.233	10.177	359	-	86.769
Variação monetária e cambial	-	8.004	74	851	8.929
Transferências	207.106	(207.106)	493	(493)	-
Amortizações de principal	(222.781)	-	(1.038)	-	(223.819)
Pagamentos de juros	(72.166)	-	-	-	(72.166)
Compensação de dívida	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	276.112	920.491	635	7.631	1.204.869

Programa Luz para Todos

O Decreto nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. O programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e das empresas que compõem o sistema Eletrobras.

Desde o início do programa em 2004 até dezembro de 2011, a CEMAR investiu R\$1.408.353 referentes ao Programa de Universalização.

A Companhia é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção:

ECFS nº. 027/2004 - 1ª Tranche, atendendo a 48.610 consumidores. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

ECFS nº. 140/2006 - 2ª Tranche, referente à 2ª fase do Programa, atendendo a 60.035 consumidores. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

ECFS nº. 176/2007 - 3ª Tranche. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

ECFS nº 236/2008 - 4ª Tranche, prevendo o atendimento de mais 67.136 consumidores. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

ECFS nº 281/2009 - 5ª Tranche, prevendo o atendimento de mais 37.647 consumidores. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano (6% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

ECFS nº 322/2011 - 6ª Tranche. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 6% ao ano.

Os recursos da Eletrobras são originários conforme demonstrado a seguir:

- 13,33% do custo total das respectivas obras dos contratos mencionados acima no montante de até R\$1.211.313, excluindo despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos por meio dos recursos da Reserva Global de Reversão - RGR.
- 86,94% do custo total das respectivas obras, excluindo as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos por meio dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme a Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003.

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR já recebeu um total de R\$1.053.125, referentes a recursos da CDE, e R\$158.188, referentes a recursos da RGR, cuja abertura por contrato assinado é demonstrado no quadro a seguir:

Contrato	Parcela RGR	% RGR	Parcela CDE	% CDE	TOTAL
ECFS 027/2004	13.437	13,33%	87.341	86,67%	100.778
ECFS 140/2006	23.505	13,33%	152.836	86,67%	176.341
ECFS 176/2007	37.193	13,33%	241.838	86,67%	279.031
ECFS 236/2008	41.953	13,33%	272.790	86,67%	314.743
ECFS 281/2008	34.851	12,50%	243.960	87,50%	278.812
ECFS 322/2011	7.248	11,76%	54.359	88,24%	61.607
Total	158.187	13,06%	1.053.124	86,94%	1.211.312

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação***Acompanhamento dos covenants dos empréstimos e financiamentos***

Os empréstimos e financiamentos contratados pela controlada CEMAR possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

17 Debêntures

	Consolidado					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal e encargos	65.438	199.089	264.527	66.941	253.139	320.080

Em 31 de dezembro de 2011, as debêntures no longo prazo representam o montante de R\$199.089 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	65.438	25%	66.941	21%
2012	-	-	56.080	18%
2013	163.000	62%	163.000	51%
2014	2.620	1%	2.620	1%
2015	2.620	1%	2.620	1%
2016	2.620	1%	2.620	1%
Após 2016	28.229	11%	26.199	8%
Não Circulante	199.089	75%	253.139	79%
Total	264.527	100%	320.080	100%

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Debêntures--Continuação

A movimentação das debêntures está apresentada como segue:

	Moeda Nacional	
	Passivo	
	Circulante	Não Circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2010	66.941	253.139
Encargos	26.572	3.019
Transferências	57.069	(57.069)
Amortizações e pagamentos de juros	(85.144)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	65.438	199.089

Terceira emissão de debêntures - CEMAR

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da controlada CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a controlada e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da controlada. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 12,14% ao ano (10,32% em 31 de dezembro de 2010).

Debêntures Geradora de Energia do Norte

O financiamento na modalidade FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, gerido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia no valor total de R\$334.057 foi assinado em 23 de novembro de 2009. É corrigido pela TJLP, acrescido de 0,85% a.a mais 0,15% de delcredere, com amortização prevista em 180 meses.

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória por fiança, conversíveis em ações preferenciais ou ordinárias, caso haja manifestação desta opção nos vencimentos das parcelas semestrais por parte da SUDAM, limitada a 15% de cada parcela programada. Esse financiamento também está garantido por acionistas, pelo penhor da usina e pelos direitos de crédito dos CCEAR.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17 Debêntures--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo das debêntures emitidas pela controlada em conjunto Geradora de Energia do Norte, classificado no não circulante, representam o montante de R\$38.709, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	Valor
2013	2.620
2014	2.620
2015	2.620
2016	2.620
após 2016	28.229
Total	38.709

Covenants

As debêntures, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Impostos a recolher**Impostos e contribuições a recolher**

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ICMS	-	-	30.746	19.554
PIS/COFINS	251	48	10.527	8.181
REFIS/PAES	-	-	1.128	1.128
Encargos Sociais e Outros	-	-	6.800	5.043
IRRF		963	-	977
Outros	1.008	59	3.964	1.142
Total	1.259	1070	53.165	36.325
Não circulante				
REFIS/PAES(a)	-	-	36.781	83.536
Outros	-	-	946	793
Total			37.727	84.329

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Impostos a recolher--Continuação**Impostos sobre o lucro**

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Antecipação de IR/CSLL	-	-	-	728
IRRF	-	-	492	-
Provisão de IRPJ / CSL	85	522	14.225	3.915
Total	85	522	14.717	4.643

a. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS*Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09*

Em 28 de novembro de 2009, a controlada CEMAR aderiu ao parcelamento instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES foi parcelado em 180 meses. A consolidação de tais débitos foi concluída em 30 de junho de 2011.

Os principais benefícios da adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$28.098, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante incluído no REFIS foi de R\$73.813, sendo que R\$41.424 foram compensados com prejuízos fiscais, e o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$40.371.

A referida dívida, no montante de R\$40.371 será quitada em até 180 parcelas, deste total foi pago R\$2.462 restando um saldo de R\$37.909.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A controlada CEMAR é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da controlada, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor das provisões	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das provisões	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	31.147	25.757	5.390	31.343	9.578	21.765
Tributárias	120.156	117.273	2.883	94.243	88.902	5.341
Trabalhistas	27.022	8.234	18.788	27.963	14.031	13.932
Regulatórias	3.691	-	3.691	3.305	-	3.305
	182.016	151.264	30.752	156.854	112.511	44.343
Circulante	35.784	17.943	17.841	38.138	-	38.138
Não circulante	146.232	133.321	12.911	118.716	112.511	6.205
	182.016	151.264	30.752	156.854	112.511	44.343

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação***Movimentação das provisões nos períodos***

	01/01/2011					31/12/2011
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	31.343	21.457	(21.869)	(4.506)	4.722	31.147
Tributárias	94.242	28.952	(95)	(3.054)	111	120.156
Trabalhistas	27.963	8.079	(5.099)	(6.282)	2.361	27.022
Regulatórias	3.306	544	(153)	(6)	-	3.691
	<u>156.854</u>	<u>59.032</u>	<u>(27.216)</u>	<u>(13.848)</u>	<u>7.194</u>	<u>182.016</u>

	01/01/2010					31/12/2010
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	27.609	29.946	(24.319)	(15.022)	13.129	31.343
Tributárias	64.868	26.871	-	-	2.503	94.242
Trabalhistas	8.637	21.371	(8.690)	(28)	6.673	27.963
Regulatórias	2.939	1.584	(652)	(565)	-	3.306
	<u>104.053</u>	<u>79.772</u>	<u>(33.661)</u>	<u>(15.615)</u>	<u>22.305</u>	<u>156.854</u>

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no período.

(3) Atualizações monetárias.

Trabalhistas

Representada por 682 ações movidas por ex-empregados contra a controlada CEMAR, envolvendo a cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

A controlada CEMAR figura como parte ré em 18.931 processos cíveis, sendo que 15.565 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011, a provisão para processos cíveis totalizou R\$ 31.147 (R\$31.343 em 31 de dezembro de 2010).

Tributárias

A controlada CEMAR figura como ré em 288 processos tributários.

Registra-se, ainda, que a controlada CEMAR continua monitorando o trâmite das ações de Prestação de Contas e indenizatória ajuizadas pelo município de São Luís contra a controlada CEMAR, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga Taxa de Iluminação Pública – TIP. Confirmando a alteração da probabilidade de perda (de provável para possível) em face da procedência, à unanimidade, de uma das ações rescisórias ajuizadas pela controlada no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, reportamos que esta rescisória, que anulou a ação indenizatória do Município, transitou livremente em julgado, após a confirmação do STJ do acórdão.

A outra ação rescisória, ajuizada contra decisão proferida na ação de prestação de contas foi julgada, desfavorável para aCEMAR, no Tribunal de Justiça do Maranhão. A decisão ainda não é final, posto que o assunto ainda está sendo examinado, na mesma corte de justiça, via embargos de declaração com efeitos infringentes. Apesar da decisão, não houve mudança do prognóstico do processo, já que ele ainda será reexaminado pelo STJ, cuja jurisprudência tem sido favorável à tese defendida pela controlada. O valor envolvido nesta causa é de R\$14.242.

Em 31 de dezembro de 2011, a provisão para causas tributárias totalizou R\$120.156 (R\$94.242 em 31 de dezembro de 2010).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível e remota, nos montantes de R\$78.965 e R\$16.832, respectivamente (R\$74.211 e R\$16.700, respectivamente em 31 de dezembro de 2010) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil e, terceirização, horas extras e acidentes de trabalho, na esfera trabalhista.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

A controlada CEMAR está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A controlada considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a controlada CEMAR é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a Gerência Jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de "curto prazo". Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 meses, o processo será classificado como de "longo prazo".

20 Dividendos (Controladora)

Conforme estatuto social, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da controladora	159.996	188.871
(-) Lucro de 01.01 a 31.01.10 decorrente de cisão	-	(14.376)
(-) Reserva legal	(8.000)	(8.724)
Lucro dividendo ajustado	<u>151.996</u>	<u>165.771</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25,00%	37.999	41.440
Dividendos complementares	<u>12.422</u>	<u>155.168</u>
Dividendos adicionais propostos	50.421	196.608
Reserva para investimentos e expansão	<u>101.575</u>	<u>(30.847)</u>

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20 Dividendos (Controladora)

A formação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	49.849
Dividendos mínimos para 2010	41.440
Pagos	(49.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	41.468
Dividendos mínimos para 2011	37.999
Dividendos adicionais propostos em 2010 e pagos em 2011	155.168
Pagos	<u>(196.557)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>38.078</u>

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Valor por Ação (lote de unidades de reais)			
Deliberação	Proventos	Valor – R\$ mil	ON
31/12/2011			
Reunião do Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012	Dividendos	50.421	0,46
31/12/2010			
Reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2011	Dividendos	196.608	1,80

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

21 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	667	563
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	333	282
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15.140	11.593
Programa de Eficiência Energética - PEE	21.822	31.563
Total	37.962	44.001
Circulante	14.657	15.890
Não circulante	23.305	28.111

Referem-se aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico - P&D, pela controlada CEMAR apurado nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006 e no Programa de Eficiência Energética - PEE, apurado nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, alterada pela Resolução Normativa da ANEEL nº 215, de 28 de março de 2006. Os respectivos valores foram contabilizados no resultado da controlada.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social autorizado da Companhia nos exercícios findos de 2011 e 2010 era de 300 milhões de ações. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social corresponde a R\$566.831 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionista	ON	%
PCP Latin America Power S/A	58.671.559	53,7%
Squadra Investimentos	5.725.240	5,2%
Minoritários	44.829.873	41,1%
Total	109.226.672	100,0%

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% da "Tag Along" aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

Alteração na participação societária da Equatorial

Em 28 de fevereiro de 2011, foram subscritas 400.347 ações ordinárias por beneficiários do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Desta forma, o capital social passou a ser representado por 109.226.672 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de capital o montante total de R\$13.339, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

c. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22 Patrimônio líquido--Continuação

d. Reserva de lucros - Reserva para investimento e expansão

Constituída a partir do resultado não distribuído dos anos de 2008 a 2011, conforme previsto no estatuto da Companhia. A Companhia possui registro de R\$273.799 em 31 de dezembro de 2011 (R\$199.193 em 31 de dezembro de 2010).

e. Planos de opção de compra de ações

Terceiro plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 16 de outubro de 2008, a criação do Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Terceiro Plano"). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano representarão o máximo de 4.000 mil ações da Equatorial. Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia, dentro dos limites do capital autorizado previsto no Estatuto Social. Maiores detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que aprovou o mesmo, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Os beneficiários deverão utilizar pelo menos 50% do valor da Participação nos Lucros, Bônus de Desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual ("PL") a que fizerem jus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida. Adicionalmente, os beneficiários deverão utilizar a totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, relativos às ações de sua propriedade adquiridas no âmbito do Plano na subscrição das ações constantes dos lotes cuja opção já tenha sido concedida.

Em 9 de fevereiro de 2009, o Comitê de Administração do Terceiro Plano outorgou 3.819 mil opções de compra de ações, das quais 163 mil foram subscritas na mesma data. Posteriormente, em 7 de maio de 2009, mais 181 mil opções foram outorgadas, complementando o valor máximo oferecido nos termos do Plano de 4.000 mil opções.

Em 4 de janeiro e 1 de março de 2010, foram subscritas 2.098 mil (a R\$7,11 por ação) e 500 mil ações (a R\$7,192 por ação) no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, respectivamente. Essas subscrições fazem parte do 1º e 2º lotes outorgados no Plano.

Em 09 de setembro de 2010, foram subscritas 345 mil ações no âmbito do Plano, as quais fazem parte do 1º e 2º lotes outorgados. De acordo com as regras do Plano, o preço por ação seria negativo, tendo em vista a cisão pela qual passou a Companhia em 29 de abril de 2010, tendo sido cobrado o valor simbólico de R\$1,00 por beneficiário.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22 Patrimônio líquido--Continuação

Em 28 de fevereiro de 2011, foram subscritas 400.347 ações ordinárias por beneficiários do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Desta forma, o capital social passou a ser representado por 109.226.672 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com as regras do Plano, o preço por ação seria negativo, tendo em vista a cisão pela qual passou a Companhia em 29 de abril de 2010, tendo sido cobrado o valor simbólico de R\$1,00 por beneficiário.

Após estas subscrições, em 31/12/2011, havia 400 mil opções em aberto, cujo prazo para exercício inicia-se em 27/02/2012 e encerra-se em 27/02/2014 e o preço previsto para exercício, de acordo com as regras do Plano, seria negativo, tendo em vista a cisão pela qual passou a Companhia em 29 de abril de 2010.

A tabela a seguir apresenta o impacto do exercício das opções no patrimônio líquido:

	01/01/2011		31/12/2011
	Saldo Inicial	Opções outorgadas reconhecidas	Saldo Final
Reserva de capital	11.936	1.403	13.339

	01/01/2010		31/12/2010
	Saldo Inicial	Opções outorgadas reconhecidas	Saldo Final
Reserva de capital	5.003	6.933	11.936

Resumidamente, as informações relativas ao terceiro plano de opções de compra de ações, o único vigente atualmente, estão apresentadas a seguir:

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22 Patrimônio líquido--Continuação

	Terceiro plano
	(Em milhares de ações)
Total de ações outorgadas no plano	4.000
Opções exercidas antes de 31/12/2009	(246)
Saldo em 31/12/2009	3.754
Opções exercidas em 2010	(2.943)
Saldo em 31/12/2010	811
Opções canceladas	(11)
Opções exercidas em 2011	(400)
Saldo remanescente em 31/12/2011	400

Modelo de precificação

Utilizou-se o método de Black & Scholes para precificação das opções nas datas das respectivas outorgas e final de exercício. Todos os parâmetros foram com base em dados históricos (volatilidade, taxa livre de risco e preço da ação) nas datas das outorgas ou de finais de exercício social. O valor justo calculado foi de R\$6,86 por ação.

Potencial de diluição

De acordo com as regras de cada plano de opções de ações, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a aproximadamente 0,4%.

Administração dos planos

Nos planos de opções de compra estão incluídas ações ordinárias representativas do capital social, a ser administrado por um comitê, formado por 3 membros do seu Conselho de Administração da Companhia. O Comitê possui poderes para estabelecer as normas apropriadas a respeito da concessão das opções, a cada ano, por meio de Programas de Opções de Ações.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

23 Receita operacional bruta

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição do fornecimento de energia elétrica, pelas suas classes de consumidores é a seguinte:

	Consolidado	
	R\$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Residencial	755.372	668.925
Industrial	137.086	126.765
Comércio, serviços e outras	336.579	311.698
Rural	39.762	36.659
Poder público	108.845	104.824
Iluminação pública	68.928	62.276
Serviço público	76.731	75.407
Consumo próprio	-	-
Suprimento CCEE	22.954	42.013
Baixa renda	96.064	123.708
Outras	121.081	73.831
Receita de construção	495.588	402.200
Fornecimento faturado	2.258.990	2.028.306
ICMS	311.972	291.078
Fornecimento não faturado	10.043	9.510
	322.012	300.588
Total	2.581.002	2.328.894

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

24 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita operacional bruta	1.831	856	2.581.002	2.328.894
Deduções à receita operacional	(261)	(122)	(600.474)	(530.011)
ICMS sobre venda de energia elétrica	-	-	(311.971)	(291.078)
PIS e COFINS	(169)	(79)	(184.200)	(176.102)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(74.624)	(56.098)
Encargos do consumidor	-	-	(27.349)	(15.917)
Cota para RGR	(92)	(43)	(1.802)	(1.027)
ISS	-	-	(69)	13
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(459)	10.198
Receita operacional líquida	1.570	734	1.980.528	1.798.883

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

25 Resultado operacional

As despesas / (receitas) operacionais têm a seguinte a composição por natureza de gasto:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
	Gerais e Administrativas	Gerais e Administrativas
Despesas administrativas	2.467	2.540
Pessoal e administradores	6.933	11.312
Outras	1.429	1.876
Resultado financeiro	(3.504)	(8.219)
Resultado de equivalência	(165.773)	(196.140)
	(158.448)	(188.631)

	Consolidado				31/12/2010
	31/12/2011				
	Custo do Serviço Com Energia	Despesas Operacionais		Total	Total
		Com Vendas (1)	Gerais e Administrativas (2)		
Energia elétrica Comprada para revenda	529.836	-	-	529.836	469.919
Custo de construção	495.588	-	-	495.588	402.200
Encargos de uso do sistema transmissão	88.640	-	-	88.640	82.109
Pessoal e administradores	24.372	19.767	29.025	73.164	67.113
Material	6.648	(986)	973	6.635	8.044
Serviço de terceiros	56.448	83.038	60.260	199.746	152.432
Depreciação e amortização	75.555	-	-	75.555	83.134
Arrendamento e aluguéis	1.560	1.825	500	3.885	3.670
Outras	(1.923)	3.235	(2.647)	(1.335)	(3.888)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	3.593	-	3.593	3.138
	1.276.724	110.472	88.111	1.475.307	1.267.872

- (1) Referem-se às despesas com vendas (comerciais) e despesas com provisões para devedores duvidosos.
(2) Referem-se ao resultado líquido de despesas administrativas, com pessoal e administradores, de provisão (reversão) para contingências, depreciação e amortização, outras despesas (receitas) operacionais.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

26 Outras despesas operacionais (consolidado)

<u>Outras despesas operacionais (líquidas)</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Perda comercial	2.410	2.898
Alienação/desativação bens	39.511	7.771
Ajustes de inventário	694	943
Arrendamento e alugueis	2.058	-
Doações, contribuições e subvenções	4.346	4.310
Propagando e publicidade	3.266	2.223
Outras	8.666	7.438
Total	60.951	25.583

27 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras				
Rendas financeiras	4.215	8.232	47.136	46.600
Acréscimo moratório de energia vendida	-	-	62.922	52.817
Outras	-	-	979	350
Total de receitas financeiras	4.215	8.232	111.037	99.767
Despesas financeiras				
Juros dos empréstimos e financiamentos	-	-	(105.461)	(128.329)
Outras	(711)	(13)	(59.004)	(35.451)
Baixa de ativos/passivos regulatórios	-	-	1.228	3.175
Encargos de dívidas	-	-	(25.888)	-
Variações monetárias	-	-	(462)	(25.951)
Outras despesas financeiras	(711)	(13)	(34.882)	(12.675)
Total de despesas financeiras	(711)	(13)	(164.465)	(163.780)
Resultado financeiro	3.504	8.219	(53.428)	(64.013)

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Numerador		
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da controladora	159.996	188.871
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias para o lucro básico	109.162.633	108.482.934
Lucro básico e diluído por ação	<u>1,4657</u>	<u>1,741</u>

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há diferenças significativas entre o lucro por ação básico e diluído.

29 Entidade de previdência privada

a. Características do Plano de aposentadoria

A controlada CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da controlada CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da controlada CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A controlada CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, esse valor foi de R\$477 (R\$608 em 2010).

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

A controlada CEMAR mantém registrado o valor de R\$ 20.956 (R\$24.071 em 31 de dezembro de 2010) na rubrica de "Outras contas a pagar" como suporte ao contrato de dívida com a FASCEMAR, o qual a Administração entende ser suficiente para cobrir o passivo atuarial calculado por seus atuários.

A seguir demonstramos a movimentação das obrigações atuariais dos planos de benefícios:

1. Política contábil adotada pela entidade no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais.

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 92 do CPC 33.

2. Obrigação Atuarial - Variação no Ano (valores em R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2.1 Valor presente da obrigação atuarial em 1º/jan	100.478.410	96.814.547
2.2 Custo dos Juros	10.839.463	10.454.186
2.3 Custos do Serviço Corrente	71.581	102.016
2.4 Custo do Serviço passado para benefícios já adquiridos	-	-
2.5 Custo do Serviço passado para benefícios não adquiridos	-	-
2.6 Benefícios pagos	(756.556)	(716.619)
2.7 Valor presente de obrigação atuarial esperado em 31/dez	110.632.898	106.654.130
2.8 Valor presente da obrigação atuarial em 31/dez	103.728.440	100.478.410
2.9 (Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(6.904.458)	(6.175.720)

3. Ativo justo - Variação no Ano (valores em R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
3.1 Valor justo dos ativos em 1º/jan	93.598.215	85.884.447
3.2 Rendimento esperado dos ativos do plano	12.872.196	11.794.764
3.3 Contribuições recebidas pelo fundo	270.770	407.476
3.4 Benefícios pagos	(756.556)	(716.619)
3.5 Valor justo dos ativos esperado em 31/dez	105.984.625	97.370.068
3.6 Valor justo dos ativos em 31/dez	103.502.336	93.598.215
3.7 Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	(2.482.289)	(3.771.854)

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada--Continuação**4. Apuração de ganho e perda atuarial (valores em R\$)**

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ganho (perda) atuariais não reconhecidos cumulativos		
4.1 Líquidos em 01/jan	3.918.510	1.514.644
4.2 Limites do "corredor" em 01/jan	10.047.841	9.681.455
4.3 Excesso	-	-
4.4 Média esperada das vidas de trabalho restantes	6	8
4.5 Ganho (perda) atuarial a ser reconhecido	-	-
4.6 Ganho (perda) atuarial não reconhecidos em 01/jan	3.918.510	1.514.644
4.7 Ganho (perda) atuarial para o ano - obrigação	6.904.458	6.175.720
4.8 Ganho (perda) atuarial para o ano - ativos do plano	(2.482.289)	(3.771.854)
4.9 Subtotal	8.340.679	3.918.510
4.10 Perda (ganho) atuarial reconhecida	-	-
4.11 Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos em 31/dez	8.340.679	3.918.510

5. Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço no final do ano (valores em R\$)

	<u>IMPACTO RECONHECIDO</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
5.1 Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	103.728.440	100.478.410
5.2 Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	-
5.3 Valor presente das obrigações atuariais	103.728.440	100.478.410
5.4 Valor justo dos ativos do plano	103.502.336	93.598.215
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos (5.3 - 5.4)	226.104	6.880.195
5.6 Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidos	8.340.679	3.918.510
5.7 Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Aumento do passivo na adoção deste pronunciamento não reconhecido	-	-
5.8	-	-
5.9 Passivo / (Ativo) atuarial líquido	8.566.783	10.798.705

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada--Continuação**6. Prazos para reconhecimento a partir de (em anos)**

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
3.1 (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	N/A	N/A
3.2 Custo do serviço passado não reconhecido	N/A	N/A
Aumento do passivo na adoção deste pronunciamento não		
3.3 reconhecido	N/A	N/A

7. Retorno esperado dos ativos para o início do ano (valores em R\$)

4.1 Valor justo dos ativos do plano no final do ano	103.502.336	93.598.215
4.2 Contribuições esperadas de participante para o ano seguinte	30.501	30.501
Contribuições esperadas de patrocinadora para o ano		
4.3 seguinte	42.867	42.867
4.4 Benefícios esperados para o ano seguinte	9.590.714	9.107.918
Rendimento esperado dos ativos (7.1 * Juros + (7.2 + 7.3 -		
4.5. 7.4) * Juros1/2)	14.268.459	12.872.196

8. Juros sobre as obrigações atuariais para o ano seguinte (valores em R\$)

5.1. Valor presente da obrigação atuarial no final do ano	103.728.440	100.478.410
5.2. Benefícios esperados para o ano seguinte	9.590.714	9.107.918
Juros sobre as obrigações atuariais (5.1 * Juros - 5.2 *		
5.3. Juros1/2)	11.179.438	10.839.463

9. Despesa reconhecida para o ano seguinte (valores em R\$)

6.1. Custo do serviço corrente (com juros)	75.054	71.581
6.2. Contribuições esperadas de participante para o ano seguinte	30.501	30.501
6.3. Juros sobre as obrigações atuariais	11.179.438	10.839.463
6.4. Rendimento esperado dos ativos	14.268.459	12.872.196
6.5. Custos de Amortizações	-	-
a) (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-
b) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Aumento do passivo na adoção deste pronunciamento não		
c) reconhecido	-	-
d) Total (a + b + c)	-	-
6.6. Total da despesa reconhecida (6.1 - 6.2 + 6.3 - 6.4 + 6.5d)	(3.044.468)	(1.991.653)

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada--Continuação
RESUMO DOS DADOS CADASTRAIS DOS PARTICIPANTES
(Valores em R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2011</u>
PARTICIPANTES ATIVOS		
Quantitativo	34	37
Idade média (anos)	51	49
Tempo médio de serviço (anos)	24	22
Tempo médio de serviço futuro (anos)	6	8
Salário médio mensal	2.885	2.790
Folha salarial anual (12 x)	1.176.973	1.238.741
PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO	N/A	N/A
PARTICIPANTES/BENEFICIÁRIOS EM GOZO DE BENEFÍCIO		
Quantitativo	656	658
Idade Média	66	65
Benefício médio mensal	1.071	1.014
Folha anual de benefícios (13 x)	9.134.013	8.674.208

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS DO PLANO (Valores percentuais)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2011</u>
Gestão previdencial	13%	16%
Títulos públicos	51%	50%
Créditos privados e depósitos	17%	14%
Fundos de investimento	11%	13%
Investimentos imobiliários	3%	2%
Outros	5%	5%
	100%	100%

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada--Continuação**PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS NOS
CÁLCULOS**

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	
Taxa para desconto da obrigação atuarial	11,30%	11,30%	p.a. (6.0% real e 5.0% inflação)
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	14,45%	14,45%	p.a. (9.0% real e 5.0% inflação)
Índice de aumento salarial estimado	6,05%	6,05%	p.a. (1.0% real e 5.0% inflação)
Índice de aumento dos benefícios estimado	5,00%	5,00%	p.a. (0.0% real e 5.0% inflação)
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M	AT-2000 M	
Tábua biométrica de mortalidade inválidos	AT-83 M	AT-83 M	
	Light	Light	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	(média)	(média)	
Taxa de rotatividade esperada	nula	nula	
	100% na	100% na	
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	primeira	primeira	
	elegibilidade	elegibilidade	

(*) Os cálculos atuariais foram apurados na data-base de 30/11/2011 e atualizados, por estimativas, para 31/12/2011.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e pela controlada CEMAR estão demonstrados a seguir:

- EQUATORIAL:**

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada (R\$ mil)
Responsabilidade Civil - D&O *	7/6/2012	10.000
Sede da Equatorial – RJ *	22/4/2012	2.789

* Renovado em abril nas mesmas condições da apólice anterior.

- CEMAR:**

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada (R\$Mil)
Riscos Operacionais	01/01/2013	169.684
Responsabilidade Civil Geral - Operações	01/01/2013	7.000
Seguro Garantia Judicial	(a)	32.130
Automóvel	31/01/2013	(b)

(a) 14 apólices com vencimentos entre fevereiro de 2012 a outubro de 2016.

(b) 69 veículos segurados.

A controlada CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados por sua Administração suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da CEMAR são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30 Seguros—Continuação

- **GERAMAR:**

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos Nomeados e Operacionais	31/12/2011	515.700
Responsabilidade Civil Geral	07/01/2012	5.000
Responsabilidade Civil Diretoria e Administração	21/05/2012	10.000
Seguro Funcionários	09/11/2011	1.900

A controlada em conjunto GERAMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

31 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

b. Política de utilização de derivativos

A Equatorial não possui operações com derivativos, sendo possível, no entanto, sua utilização para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e cotações de moedas estrangeiras, se necessário.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Instrumentos financeiros**c. Valor Justo dos instrumentos financeiros**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão identificados a seguir:

ATIVO	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	25.336	25.336	25.549	25.549
Investimentos de curto prazo	423.064	423.064	524.529	524.529
Contas a receber de clientes	542.607	542.607	485.547	485.547
Depósitos Judiciais	151.264	151.264	112.510	112.510
Ativo financeiro da concessão	79.214	79.214	50.409	50.409
Total	1.221.485	1.221.485	1.198.543	1.198.543

PASSIVO	31/12/2011		31/12/2010	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	189.203	189.203	174.047	174.047
Empréstimos e financiamentos	1.204.869	1.207.532	1.021.621	1.024.826
Debêntures	264.527	267.033	320.080	317.712
Total	1.658.599	1.663.768	1.515.748	1.516.585

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Instrumentos financeiros

- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos**– os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Debêntures** - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros da Companhia são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco. Desta forma classificamos todos os nossos investimentos financeiros como equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Instrumentos financeiros

e. *Fatores de risco - Instrução CVM nº 475*

Por ser uma holding, os principais riscos da Companhia estão relacionados ao desempenho das suas Controlada e controlada em conjunto. Conforme a Instrução nº 475 da CVM.

Os fatores de risco da controlada CEMAR foram detalhados conforme demonstrado abaixo:

Risco de crédito - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Risco de liquidez - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures captados pela Companhia são apresentados nas notas 16 e 17.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Instrumentos financeiros

Riscos de mercado – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.

Risco cambial – Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da controlada CEMAR ao câmbio é de 0,59% de sua dívida. A controlada CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2011 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco de Variação Cambial				R\$ Mil		
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Passivos financeiros						
STN	USD	923	(1.143)	(3.209)	2.989	5.056
Referência para passivos financeiros		Taxa em 31/12/2011	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Dólar USD/R\$		1,88	2,34	2,81	1,41	0,94

Risco de vencimento antecipado - A controlada CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 (Empréstimos e financiamentos) e nº16 (Debêntures).

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Instrumentos financeiros

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da controlada CEMAR foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2011 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Instrumentos financeiros

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Ativos financeiros						
Aplicações Financeiras	CDI	35.364	44.205	53.046	26.523	17.682
Passivos financeiros						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
ECF - 2034/00	FINEL	(2.474)	(2.542)	(2.610)	(2.406)	(2.339)
ECF - 1510/97	FINEL	(41)	(42)	(43)	(41)	(40)
ECF - 1639/97	FINEL	(391)	(400)	(409)	(383)	(374)
ECF - 1645/97	FINEL	(81)	(83)	(84)	(80)	(78)
ECF -1960/99	IGP-M	(9.795)	(11.764)	(13.733)	(7.827)	(5.858)
ECF - 1907/99	FINEL	(52)	(54)	(55)	(51)	(50)
ECF - 1908/99	FINEL	(344)	(354)	(364)	(335)	(325)
FASCEMAR	CDI	(2.922)	(3.476)	(4.030)	(2.368)	(1.814)
FINEP	TJLP	(18)	(30)	(42)	(6)	6
BNDES I	TJLP	(543)	(561)	(580)	(524)	(506)
BNDES DIRETO (sub-crédito A)	TJLP	(477)	(1.479)	(2.482)	526	1.528
BNDES DIRETO (sub-crédito B)	TJLP	(532)	(1.535)	(2.538)	471	1.473
IFC	CDI	(10.155)	(12.506)	(14.857)	(7.803)	(5.452)
BNDES II	TJLP	(3.907)	(4.360)	(4.812)	(3.455)	(3.002)
BNDES PEC	TJLP	(11.098)	(12.674)	(14.250)	(9.523)	(7.947)
DEBENTURES 3ª EMISSAO	CDI	(26.572)	(32.636)	(38.700)	(20.508)	(14.444)
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa em 31/12/2011	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
CDI (% 12 meses)		11,60	14,49	17,39	8,70	5,80
TJLP (% 12 meses)		6,00	7,50	9,00	4,50	3,00
IGP-M (% 12 meses)		5,10	6,38	7,65	3,83	2,55

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Instrumentos financeiros

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

f. Gestão do capital

A Companhia e suas controladas administram o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operação da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

A dívida líquida corresponde ao total dos empréstimos e financiamentos com as debêntures, líquidos dos investimentos de curto prazo juntamente do caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

32 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia da controlada CEMAR são os seguintes:

Energia Contratada	Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
	2011 a 2042	643.149	480.550	409.538	395.678	406.202	16.443.746

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

33 Segmento de negócios

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Serviços / Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

Notas Explicativas

	Distribuição		Geração		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos Operacionais	2.975.797	2.781.695	155.765	155.697	14.291	7.555	963.720	998.296	(710.742)	(667.154)	3.396.831	3.276.009
Passivos Operacionais	2.011.661	1.873.454	111.983	118.193	8.245	6.815	41.592	44.541	(33.193)	(37.911)	2.140.288	2.005.092
RECEITA LÍQUIDA	1.912.105	1.756.353	38.455	36.385	28.398	5.412	1.570	733	-	-	1.980.528	1.798.883
CUSTO DO SERVIÇO	(1.250.669)	(1.092.978)	(8.077)	(9.840)	(17.978)	(3.109)	-	-	-	-	(1.276.724)	(1.105.927)
LUCRO BRUTO	661.436	663.375	30.378	26.545	10.420	2.303	1.570	733	-	-	703.804	692.956
Despesas com vendas	(110.472)	(84.929)	-	-	-	-	-	-	-	-	(110.472)	(84.929)
Despesas gerais e administrativas	(201.853)	(184.169)	(6.105)	(6.483)	(8.725)	(1.411)	(10.829)	(15.727)	-	-	(221.512)	(207.790)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	174.162	188.062	(174.162)	(188.062)	-	-
(-) Provisão para desvalorização de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do direito de concessão	-	-	-	-	-	-	(8.389)	8.078	-	-	(8.389)	8.078
IMPOSTOS	349.111	394.277	24.273	20.062	1.695	892	156.514	181.146	(174.162)	(188.062)	351.431	408.315
Receita financeira	105.241	90.813	928	254	653	437	4.215	8.233	-	-	111037	99.767
Despesa financeira	(151.925)	(152.219)	(11.814)	(11.502)	(15)	(16)	(711)	(13)	-	-	(164.465)	(163.780)
RESULTADO ANTES DO												
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	302.427	332.871	13.387	8.814	2.333	1.313	160.018	189.366	(174.162)	(188.062)	304.003	344.302
Imposto de renda e contribuição social	(54.925)	(54.250)	(2.082)	(2.991)	(805)	(468)	(22)	(495)	-	-	(57.834)	(58.204)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS NÃO CONTROLADORES	247.502	278.621	11.305	5.823	1.528	845	159.996	188.871	(174.162)	(188.062)	246.169	286.098
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	183	-	-	-	(86.356)	(97.227)	(86.173)	(97.227)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	247.502	278.621	11.305	5.823	1.711	845	159.996	188.871	(260.518)	(285.289)	159.996	188.871

34 Questões ambientais

A Companhia acredita que a energia elétrica contribui para a melhoria de vida das pessoas e que se trata de um insumo indispensável para o desenvolvimento e crescimento econômico de um Estado. Para cumprir esta missão de maneira responsável, a companhia exerce suas atividades de forma ambientalmente responsável, cumprindo com todas as definições ambientais estabelecidas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), como também opera em conformidade com exigências ambientais das legislações Federal, Estadual e Municipal.

Em 2011, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

Reutilização de Resíduos – o óleo mineral isolante é reutilizado através do processo de centrifugação, que elimina a umidade. Na base de suporte dos transformadores de força das subestações há uma caixa de retenção de óleo para os casos de vazamento.

Sucatas metálicas - fios, cabos, equipamentos e ferragens do sistema elétrico de modo geral, são vendidos para empresas beneficiadoras e recicladoras que possuem licenciamento ambiental. A controlada CEMAR rastreia estes resíduos até o seu destino final através de exigência de Certificado de Destinação Final.

Projeto de eficiência energética - visa à redução do consumo de energia elétrica dos clientes de baixa renda e prédios públicos por meio das seguintes ações:

- Substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas compactas eficientes para consumidores residenciais;
- Substituição de refrigeradores em más condições de conservação, por outros equipamentos eficientes (Selo PROCEL).

Notas Explicativas**Equatorial Energia S.A**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- Proteção ao Meio Ambiente, descartando a geladeira e lâmpadas incandescentes, em conformidade com a legislação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

O consumidor recebe também orientações e uma cartilha sobre o uso racional de energia elétrica e sobre riscos iminentes que ela proporciona.

As residências contempladas são clientes baixa renda, que são selecionados por meio de diagnóstico energético nas unidades consumidoras, realizada por agentes treinados em Conceitos Básicos de Eficiência Energética.

A controlada CEMAR estima uma economia de energia em torno de 3,200 Mwh/ano, que daria para abastecer durante um ano cerca de 3.200 unidades consumidoras com consumo médio de até 100 kWh/mês. O descarte das geladeiras e das lâmpadas é feito em conformidade com a legislação do CONAMA.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34 Questões ambientais--Continuação

Projeto ECOCEMAR - consiste na troca de lixo reciclável (resíduos) por bônus na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material à indústria de reciclagem. O projeto constitui um novo paradigma social e uma nova forma de tratamento e de pagamento das contas de energia elétrica da população, baseado em uma efficientização energética por economia de energia no reprocessamento e não na produção básica da matéria-prima. Além de promover a destinação adequada do material recolhido, o projeto desenvolve ações educativas junto aos consumidores, que recebem orientação sobre reciclagem de resíduos, coleta seletiva e como participar do projeto com a distribuição de material educativo.

35 Eventos Subsequentes

Na CEMAR, em 03 de abril de 2012 houve a penhora do bloqueio judicial no valor de R\$28.278, originados de causas classificadas como possíveis, referentes a débito de COFINS de competência de 1997-1999, os quais a Companhia entende que estão prescritos. A Companhia entrou com ações perante a Justiça Federal do Maranhão e recursos perante o TRF 1ª Região, visando o desbloqueio dos valores e o reconhecimento da prescrição dos débitos. A Administração entende que existem boas razões para que se realize o desbloqueio.

A Companhia anunciou em 25 de setembro de 2012 através de fato relevante, a assinatura do o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças de Centrais Elétricas do Pará S.A. – Em Recuperação Judicial (Celpa) (“Celpa” e “Contrato de Compra e Venda”).

Por meio do Contrato de Compra e Venda, uma vez verificadas determinadas condições precedentes, a Companhia obrigou-se a adquirir, pelo valor total de R\$ 1,00 (um real), 39.179.397 (trinta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, trezentas e noventa e sete) ações de emissão da Celpa, sendo 38.717.480 (trinta e oito milhões, setecentas e dezessete mil, quatrocentas e oitenta) ações ordinárias e 461.917 (quatrocentas e sessenta e um mil, novecentas e dezessete) ações preferenciais, totalizando uma participação de 65,18% (sessenta e cinco inteiros e dezoito centésimos por cento) do capital votante e 61,37% (sessenta e um inteiros e trinta e sete centésimos por cento) do capital social total da Celpa (“Ações”).

A consumação da operação está também sujeita a certas condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda, incluindo, entre outras, a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Eventos Subsequentes--Continuação

No dia 1º de novembro, conforme fato relevante publicado nesta mesma data, a Companhia concluiu, nesta data, após a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a aquisição da Celpa. Tendo em vista a imaterialidade do preço de aquisição, em linha com precedentes da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Equatorial pedirá à CVM dispensa da obrigação de realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações e manterá o mercado informado a este respeito.

A Celpa foi criada em 1962 com o objetivo de atuar no setor de energia elétrica no Estado do Pará. Sete anos mais tarde, a empresa se associou à Força e Luz do Pará S.A. - Forluz, originando uma única concessionária de energia.

A partir de 1981, a nova concessionária passou a contar com energia do Sistema Interligado Norte-Nordeste e, em 1998, passou a fazer parte da REDE ENERGIA por meio de leilão realizado no dia 9 de julho de 1998.

Um ano depois, a CELPA entrava para o Sistema Interligado Brasileiro, com a entrada em operação da Interligação Norte-Sul, em 500 kV.

O Pará concentra em seu território cerca de 34% de toda a extensão da bacia amazônica (mais de um milhão de km²) e seu potencial hidrelétrico é avaliado em mais de 61 mil MW. Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

Adicionalmente, a Companhia divulgou, através de fato relevante, em 15 de outubro de 2012, assinatura de memorando de entendimento com o Grupo Rede, cujo objeto é permitir que a CPFL e a Equatorial avaliem, em caráter exclusivo, todas as sociedades controladas pela Rede Energia S.A. ("Grupo Rede"), com a finalidade de estabelecerem, em conjunto com o Acionista Controlador, as condições para o equacionamento da situação econômico-financeira e operacional do Grupo Rede e das concessionárias de distribuição por este controladas (excetuada as Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA), podendo, ao final, resultar na aquisição do controle do Grupo Rede.

A efetiva conclusão do negócio está sujeita a condições precedentes, dentre elas: (i) à obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes e de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis; (ii) aos resultados de uma auditoria a ser conduzida nas sociedades do Grupo Rede; (iii) à aprovação do Plano de Recuperação a ser apresentado à ANEEL para levantamento da intervenção que recai sobre as concessionárias do Grupo Rede; e (iv) à celebração de acordos com credores do Grupo Rede.

Notas Explicativas

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35 Eventos Subsequentes--Continuação

Medida Provisória 579

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A partir da publicação desta Medida Provisória, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei no. 0.074 de 1995 poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

É entendimento da Companhia que a referida Medida Provisória se aplica às concessões vincendas entre 2015 e 2017. Como a subsidiária da Companhia, a CEMAR, possui concessão vincenda em 2030, os efeitos desta medida provisória naquela data, ou possíveis alterações em seu texto, mesmo após promulgada a Lei, não podem ser estimadas ou mesmo classificadas como aplicáveis neste momento.

Caso aplicável à CEMAR, alguns dos principais efeitos seriam: (i) a determinação da indenização do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição, adotando-se o banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o banco de preços homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A CEMAR adota o valor residual contábil como metodologia para cálculo do valor indenizatório e como consequência como valor para cálculo dos efeitos da adoção da Interpretação Técnica ICPC01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão; (ii) Mudança da taxa de retorno utilizada para cálculo do ativo financeiro em virtude da prorrogação da concessão.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Alexandre Gonçalves Silva

Carlos Augusto Leone Piani

Celso Fernandez Quintella

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Gilberto Sayão da Silva

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Conselho Fiscal

Efetivos

Felipe Sousa Bittencourt

Paulo Roberto Franceschi

Sergio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva

Ana Marta Horta Veloso
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Diretor Presidente

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC PE-012996-O-S - MA

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Equatorial Energia S.A.
São Luís - MA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Equatorial Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Equatorial Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Equatorial Energia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 24 de outubro de 2012, reemitimos nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, substituindo nosso relatório de auditoria sem modificação originalmente emitido em 15 de fevereiro de 2012. Conforme descrito na nota explicativa 3, essas demonstrações financeiras foram alteradas para proporcionar uma apresentação mais adequada em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo reapresentadas. A reapresentação se refere a reclassificação de determinados fundos de investimento do grupo de caixa e equivalentes a caixa para a conta de investimentos de curto prazo. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida.

Conforme descrito na nota explicativa 3, em 24 de outubro de 2012, a Companhia efetuou correções nas demonstrações de fluxos de caixa nas atividades de financiamento correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Os auditores independentes antecessores auditaram as novas demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010,

emitindo nova opinião sem modificação em 24 de outubro de 2012, substituindo a opinião sem modificação emitida em 29 de março de 2011. Os valores comparativos apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras reapresentadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife (PE), 27 de novembro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-S-MA

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-MA

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

PARECER DO CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal da EQUATORIAL ENERGIA S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº. 6404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta de distribuição dos lucros, e análise de documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.011.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises e documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em conta, ainda, o parecer dos auditores independentes, ERNST & YOUNG, emitido em 27 de novembro de 2012, sem ressalvas, O CONSELHO FISCAL, pela unanimidade de seus membros, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2012. Felipe Sousa Bittencourt, Paulo Roberto Franceschi e Sergio Passos Ribeiro, Conselho Fiscal.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2012.

Felipe Sousa Bittencourt Paulo Roberto Franceschi Sergio Passos Ribeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Ana Marta Horta Veloso e Tinn Freire Amado, diretores sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 27 de novembro de 2012 pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Ana Marta Horta Veloso e Tinn Freire Amado, diretores sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 27 de novembro de 2012 pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.